

SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
SAÚDE



PREFEITURA DE  
**Ilhéus**  
RECUPERAR O PRESENTE E CONSTRUIR O FUTURO

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO nº. 005/2026SMS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21359/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

Nº 005/2026SMS - LEI 14.133/2021

**CONTRATANTE**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS - BA

CNPJ: 08.663.203/0001-70

**DEMANDANTE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS - BA

**OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA O ATENDIMENTO, REGULAÇÃO, GRAVAÇÃO, GERENCIAMENTO DAS URGÊNCIAS PRÉ-HOSPITALARES DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU 192 E GESTÃO DO SERVIÇO, DISPONIBILIZANDO HARDWARE, SOFTWARE, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, GARANTINDO O SUPORTE BÁSICO E AVANÇADO DE VIDA, ACIONADO POR INTERMÉDIO DO NÚMERO PÚBLICO GRATUITO NACIONAL 192**

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 677.619,48 (seiscentos e setenta e sete mil seiscentos e dezenove reais e quarenta e oito centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

ABERTURA DE PROPOSTA – 30/06/2026 – AS 08:30HS

INICIO DA DISPUTA – 30/06/2026 – AS 08:30HS

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO A SER ADOTADO**

MENOR PREÇO GLOBAL

**MODO DE DISPUTA**

ABERTO

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026SMS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21359/2025**

Regida pela Lei nº 14.133/2021 com aplicação subsidiária ao Decreto Municipal nº 269 de 14/01/2025, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

**Órgão(s) Participante(s):**

Secretaria Municipal de Saúde

---

**I – Processo Administrativo:**

21359/2025

---

**II – DATA LIMITE PARA ENVIO DAS PROPOSTAS:**

30/06/2026 – 08h30min (Horário De Brasília), no endereço eletrônico:  
<https://licitanet.com.br/>

---

**III – INÍCIO DA DISPUTA:**

30/06/2026 – 08h30min (Horário De Brasília), no endereço eletrônico:  
<https://licitanet.com.br/>

---

**IV – LOCAL:**

30/06/2026 – 08h30min (Horário De Brasília), no endereço eletrônico:  
<https://licitanet.com.br/>

---

**V – OBJETO DA LICITAÇÃO:**

**CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA O ATENDIMENTO, REGULAÇÃO, GRAVAÇÃO, GERENCIAMENTO DAS URGÊNCIAS PRÉ-HOSPITALARES DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU 192 E GESTÃO DO SERVIÇO, DISPONIBILIZANDO HARDWARE, SOFTWARE, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, GARANTINDO O SUPORTE BÁSICO E AVANÇADO DE VIDA, ACIONADO POR INTERMÉDIO DO NÚMERO PÚBLICO GRATUITO NACIONAL 192.**

---

**VI – PRAZOS:**

A execução dos serviços deverá ocorrer conforme estabelecido no termo de referência.

Vigência Contratual: 12 (doze) meses;

---

**VII – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme conta do Termo de Referência.

---

---

**VIII – LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Os serviços serão realizados conforme termo de referência

---

**IX – ANEXOS:**

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
  - b) ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS;
  - c) ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO;
  - d) ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
  - e) ANEXO V – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
  - f) ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS;
  - g) ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;
  - h) ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP;
  - i) ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO;
  - j) ANEXO X – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;
  - k) ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;
-

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 005/2026SMS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21359/2025**

O **MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA**, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que contrata por via do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS, inscrito no CNPJ: 08.663.203/0001-70 , com sede na Rua Araújo Pinho, nº 07 – Bairro: Centro – neste Município, torna público, para conhecimento das empresas interessadas que será realizada licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo “**MENOR PREÇO GLOBAL**”, regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021, pelo Decreto Municipal nº 269 de 14/01/2025, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – internet, através do site <https://licitanet.com.br/>.

Em atendimento ao disposto no **art. 54 da Lei nº 14.133/2021**, o presente Edital, bem como seus anexos, eventuais esclarecimentos, retificações e demais atos relativos a esta licitação serão publicados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp>

Complementarmente, as informações relativas ao presente certame poderão ser disponibilizadas no site oficial do Município e outros meios de comunicação, conforme o interesse da Administração, sem prejuízo da publicidade obrigatória no PNCP.

**1. REGÊNCIA LEGAL**

- 1.1. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021
- 1.2. Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e 147 de 07/08/2014;
- 1.3. Decreto Municipal nº 269 de 14 de janeiro de 2025 e alterações posteriores.

**2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

- 2.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica no site**

**<https://licitanet.com.br/>**;

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Secretaria Municipal de Ilhéus - BA, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo LICITANET constante da página eletrônica **<https://licitanet.com.br/>**;

### **3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:**

3.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

Início do recebimento das propostas:	<b><u>11/06/2026 a partir das 18:00hs</u></b>
Abertura das Propostas:	<b><u>30/06/2026 a partir das 08:30hs</u></b>
Início da Disputa:	<b><u>30/06/2026 a partir das 08:30hs</u></b>

### **4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

4.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

4.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à **[HTTPS://LICITANET.COM.BR/](https://licitanet.com.br/)**;

4.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

4.3.1 Nos termos do **art. 15 da Lei nº 14.133/2021**, a Administração Pública poderá admitir ou vedar, justificadamente, a participação de empresas em consórcio nos procedimentos licitatórios.

4.3.2 Considerando as características do objeto desta contratação, entende-se pela vedação à participação de empresas reunidas em consórcio, em razão dos seguintes fatores:

- a) A natureza do objeto licitado não exige a formação de consórcios para sua execução, sendo plenamente possível a participação individual de empresas que atendam aos requisitos de habilitação;
- b) A contratação em questão trata de objeto comum no mercado e de execução rotineira, não se tratando de empreendimento de grande vulto, de alta complexidade técnica ou de elevado investimento, hipóteses em que a formação de consórcios poderia ser justificável;
- c) A admissão de consórcios poderia gerar entraves na fase de habilitação e execução contratual, como a necessidade de constituição formal do consórcio, definição de responsabilidades entre as consorciadas e maior complexidade para a fiscalização e gestão do contrato;

- d) Visa-se à simplificação, celeridade e maior efetividade do procedimento licitatório, evitando burocracias desnecessárias que possam comprometer o regular andamento do certame.
- e) Permitir consórcio de empresas poderia ferir a isonomia entre as participantes, notadamente as micros empresas que estariam disputando com grandes empresas, reunidas em consórcio, inclusive.

Dessa forma, em conformidade com o disposto no **art. 15 da Lei nº 14.133/2021**, justifica-se a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio, preservando-se o interesse público, a eficiência administrativa e a competitividade adequada à natureza da contratação.

**4.4. É vedada à participação direta na presente licitação de:**

- a) Pessoa física;
- b) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- c) Empresa que estiver sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- d) Empresa que esteja suspensa de licitar ou contratar no âmbito do Município de Ilhéus-Bahia e/ou declarada inidônea por qualquer Órgão Público Federal, Estadual ou Municipal, na data da licitação e;
- e) Empresa que tiver promovido qualquer tipo de dano ao município, que se comprove com parecer jurídico ou laudo técnico ou mesmo notificação, mesmo que seja mora no prazo.
- f) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- g) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- h) Empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,
- i) acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- j) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- k) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o

terceiro grau;

- l) Empresas controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- m) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- n) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- o) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- p) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- q) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- r) O impedimento de que trata a alínea “k” será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- s) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa que se referem as alíneas “h e i” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- t) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- u) O disposto nas alíneas “h e i” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- v) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei 14.133/2021.
- w) A vedação de que trata a alínea “o” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



4.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ao sistema **no site <https://licitanet.com.br/>**, até o horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.5.1. Todas as ações referentes ao certame serão realizadas no sistema ***licitanet*** (<https://licitanet.com.br/>), não sendo aceito a utilização de qualquer outro sistema ou meio para cadastro de propostas e documentações.

4.6. O cadastramento do licitante deverá ser requerido junto ao portal (<https://licitanet.com.br/>), onde o licitante terá todas as informações para se cadastrar e receber seu Login e senha de acesso, na agência de preferência da LICITANTE.

4.7. Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo (se houver) e em caso de itens específicos mediante solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro, com a inserção de catálogos do fabricante.

ANEXO. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo deste edital, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento no sistema (***HTTPS://LICITANET.COM.BR***), informar no campo próprio da ficha técnica de cadastro da Licitante, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006 e 147/2014.

## **5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**5.1.** O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço global;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## **6. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITANET:**



6.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **4.6**, operador devidamente credenciado ao sistema (<https://licitanet.com.br/>), atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: (<https://licitanet.com.br/>);

6.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, sob a responsabilidade do seu usuário.

6.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS/BA, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## **7. PARTICIPAÇÃO**

7.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.2. É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.

7.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

7.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao <https://licitanet.com.br/>, no Telefone: (34) 2512-6500 ou no E-mail: [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br) ou [comercial@licitanet.com.br](mailto:comercial@licitanet.com.br).

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação

de propostas e lances de julgamento.

8.1.1 Após o fim da fase de lances, o licitante classificado em 1º lugar deverá enviar a proposta comercial readequada e os documentos de habilitação nos termos deste edital, no prazo de 2 (duas) horas a contar da intimação via sistema.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e nos prazos estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observada o disposto nos itens deste Edital. (não se aplicará ao certame)

8.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:

8.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas formas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

8.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

8.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021.

8.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49, observando o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

8.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de

pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame, para aquele item;

8.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 8.4 ou 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital.

8.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõe a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

8.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço global;

8.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 8.11 possuirá caráter sigiloso** para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as

operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1. Valor total Global;

9.1.2. Marca;

9.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas quando participarem de licitações públicas;

9.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos;

9.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e locais indicados neste Edital.

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, nas descrições da plataforma do sistema.

10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total Global.

10.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

10.10. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance



inconsistente ou inexecuável.

10.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

10.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim

de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance será considerado empatado com a primeira colocada.

10.19.1. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.19.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.19.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do Estado em que este se localiza;

10.20.2.2. Empresas brasileiras;



10.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.21. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2011.

10.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.23. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.24. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.25. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.27. A critério do Pregoeiro poderá ser exigida planilha de composição de custos e formação de preços dos produtos envolvidos na contratação e sua apresentação serão no prazo máximo de 02 (duas) horas a partir da solicitação do Pregoeiro. O não atendimento implicará na desclassificação da arrematante.

## **11. FASE DE JULGAMENTO**

11.1. Encerrada a fase de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria

Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sóciomajoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

11.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPS, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 1.2 deste edital.

11.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observando o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.7.1. Contiver vícios insanáveis;

11.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.7.3. Apresentar preços inexequíveis (depois que comprovado com a realização de diligências) ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido descomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

11.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **12. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

12.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de habilitação, nas condições seguintes:

### **Habilitação jurídica:**

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial

ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.
- i) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de idoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

### **Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais – 2024 e 2025**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

- b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
- b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
- b.4) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

- c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- c.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- c.3) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

c.3.1) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.1333/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

d) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

e) Empresas que utilizem a Escrituração Contábil Digital/SPED deverão apresentar os dois últimos balanços dos exercícios sociais já exigíveis, conforme legislação.

#### **Qualificação Técnica:**

a) Apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;

a.1) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.2) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto a ser licitado.

a.3) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Secretaria, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

b) Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste certame e já apresentados, a empresa será convocada a encaminhá-los, **na plataforma licitanet**, conforme solicitação realizada.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**



13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

13.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverão ser enviados via sistema, na plataforma <http://licitanet.com.br>. Não sendo válida qualquer outra forma de envio;

13.2.1. O documento enviado deverá constar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

13.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

13.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

- a) As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas diretamente no site [www.ilheus.ba.gov.br/site/licitacoes](http://www.ilheus.ba.gov.br/site/licitacoes). E no diário Oficial do Município, bem como na plataforma licitanet;
- b) A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.
- c) Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **14. DOS RECURSOS**

14.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, enviado diretamente no sistema, plataforma <http://licitanet.com>, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início imediatamente ao término do prazo de recurso. Que deverá ser manifestando exclusivamente no sistema <http://licitanet.com>;



14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de até 60 (sessenta) minutos e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

## **15. DA HOMOLOGAÇÃO**

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

16.1 O fornecedor vencedor será convocado para assinar o Contrato, imediatamente a Homologação do processo, através do email e/ou Diário Oficial do Município, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, para realização da assinatura.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de seu recebimento.

16.2.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

16.3. No caso de não se tratar de Registro de Preço a convocação do licitante ocorrerá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta da Ata de Registro de Preço ou Minuta de Contrato, anexo a este Edital.

## **21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

21.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

21.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

21.1.2.4. Deixar de apresentar amostra (caso obrigatório);

21.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

21.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

21.1.5. Fraudar a licitação

21.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada (caso obrigatório);

21.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

21.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. advertência;

21.2.2. multa;

21.2.3. impedimento de licitar e contratar e

21.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

21.3.2. as peculiaridades do caso concreto

21.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

21.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

21.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

21.4.1. Para as infrações previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

21.4.2. Para as infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

21.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicadas aos responsáveis em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

21.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 21.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas na legislação.

21.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios de isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

22.10. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal da Transparência, [www.ilheus.ba.gov.br](http://www.ilheus.ba.gov.br) e no <https://licitanet.com.br/>

22.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS;
- c) ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO;
- d) ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- e) ANEXO V – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
- f) ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS;
- g) ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;
- h) ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE

SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
**SAÚDE**



**Ilhéus** PREFEITURA DE  
RECUPERAR O PRESENTE E CONSTRUIR O FUTURO

TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP;

- i) ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO;
- j) ANEXO X – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;
- k) ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

Ilhéus / BA, 11 de junho de 2026

**Sonilda Santana de Mello**  
Secretária Municipal de Saúde

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PROCESSO Nº. 21359/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026SMS**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto deste processo é a contratação de solução tecnológica para o atendimento, regulação, gravação, gerenciamento das urgências pré-hospitalares do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 e gestão do serviço, disponibilizando hardware, software, instalação, treinamento e suporte técnico, garantindo o suporte básico e avançado de vida, acionado por intermédio do número público gratuito nacional 192.

**1.2.** O serviço é classificado como comum uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo instrumento de contratação, por meio de especificações usuais de mercado.

**1.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto municipal nº 269/2025.

**1.4.** A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão no item 328 do Plano de Contratação Anual de 2026.

**1.5.** O presente termo de referência tem como base legal a Lei n. 14.133/2021, bem como o Decreto municipal 269/2025.

**2. FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

**2.1.** O SAMU 192 do Município de Ilhéus / BA desempenha a função essencial de receber, analisar e responder aos chamados de urgência e emergência referentes a agravos agudos de diversas naturezas, incluindo condições clínicas, psiquiátricas, traumáticas, obstétricas e ginecológicas. A atuação do serviço representa um componente estruturante da Rede de Atenção às Urgências (RAU), com papel estratégico e direto na preservação da vida.

**2.2.** O acesso ao serviço ocorre por meio do número nacional 192, canal único e gratuito regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.055/2004, que estabelece seu uso exclusivo pelas Centrais de Regulação Médica de Urgência. Esse marco legal reforça a necessidade de infraestrutura tecnológica confiável para recepção das chamadas e sua distribuição adequada aos profissionais reguladores.

**2.3.** Após o acolhimento inicial, o médico regulador realiza a análise técnica da solicitação, classificando o nível de urgência de acordo com protocolos operacionais e determinando o recurso assistencial apropriado. Essa etapa depende de sistemas capazes de disponibilizar informações estruturadas, seguras e em tempo real para subsidiar a tomada de decisão médica.

**2.4.** Após a intervenção da equipe de campo, caso haja indicação de transferência, o paciente é conduzido ao serviço de saúde mais adequado. Esse processo reforça a importância de uma solução que registre de



forma contínua e rastreável todas as etapas do atendimento, assegurando a continuidade da linha de cuidado, a segurança do paciente e a integridade das informações.

**2.5.** Em sua natureza, o SAMU 192 atua como eixo articulador entre os diversos níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS), o que demanda soluções tecnológicas de alta disponibilidade, interoperabilidade plena e suporte a processos críticos em saúde.

**2.6.** A Central de Regulação de Ilhéus/BA opera 24 horas por dia, atendendo a demandas de todo o município e de sua área de abrangência, e o volume expressivo de chamadas requer uma solução capaz de suportar grande tráfego de dados, cargas simultâneas, alta capacidade de processamento e mecanismos avançados de backup e redundância.

**2.7.** A complexidade operacional do serviço exige integração entre sistemas de telefonia, servidores, plataformas de software, bases de dados, ferramentas de comunicação e soluções de geolocalização. A falta dessa integração implica riscos de falhas operacionais, inconsistências de informação, aumento do tempo de resposta e comprometimento da segurança assistencial.

**2.8.** A ausência de um ambiente tecnológico unificado prejudica a eficiência geral do serviço, limita a capacidade de gestão das equipes, dificulta auditorias e compromete a rastreabilidade das ações, resultando em impacto direto na qualidade do atendimento prestado à população.

**2.9.** Dessa forma, evidencia-se a necessidade de implantação de uma solução tecnológica integrada que automatize o fluxo de informações entre telefonistas, reguladores médicos, equipes de suporte e unidades de saúde, garantindo segurança, eficiência e disponibilidade contínua dos dados.

**2.10.** A Portaria GM/MS nº 3.794/2020 e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017 estabelecem critérios técnicos obrigatórios para o funcionamento das Centrais de Regulação das Urgências, incluindo requisitos de infraestrutura, software, comunicação e monitoramento. O cumprimento dessas exigências depende diretamente da adoção de plataforma tecnológica adequada e atualizada.

**2.11.** Uma solução moderna e integrada permite garantir a conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde, assegurando a qualidade do serviço, a geração de indicadores confiáveis e a manutenção ou ampliação de repasses financeiros federais vinculados ao custeio do SAMU 192.

**2.12.** Considerando tais requisitos, o Município de Ilhéus busca contratar empresa especializada para implantação de uma Solução Integrada de Regulação e Atendimento Móvel, que atenda integralmente às normas federais, aos requisitos técnicos operacionais e à necessidade de continuidade ininterrupta do serviço.

**2.13.** Para atingir tais objetivos, é necessária a contratação de empresa habilitada na prestação continuada de serviços de implantação, manutenção e suporte técnico, de softwares, de insumos e infraestrutura associada, sendo que esta solução deve incluir módulos de gestão, despacho, rastreamento, telefonia IP e comunicação operacional.

**2.14.** A ampliação dos canais de atendimento possibilita o aumento do acesso da população ao SAMU, especialmente em regiões com limitação de telefonia convencional, incorporando tecnologias digitais e redes de dados que ampliem a capilaridade do serviço.

**2.15.** A automação dos processos internos e a integração entre os módulos do sistema contribuem

diretamente para a redução do tempo de resposta, aprimorando o processo regulatório e aumentando a assertividade na alocação dos recursos assistenciais.

**2.16.** A eficiência operacional também é favorecida pela integração de dados e pela disponibilização de informações em tempo real, permitindo decisões mais rápidas, precisas e alinhadas às diretrizes técnicas.

**2.17.** A solução deve ainda integrar, em tempo real, as operações da central de regulação com as equipes de campo, permitindo comunicação direta, segura e contínua, inclusive em situações de contingência, interrupção de rede ou necessidade de regime remoto.

**2.18.** O rastreamento em tempo real das viaturas é componente obrigatório para otimização de recursos, possibilitando o despacho da unidade mais próxima, redução de deslocamentos desnecessários e melhor gestão da frota em situações simultâneas de alta complexidade.

**2.19.** A integração plena entre os módulos contribui para maior eficiência administrativa, permitindo auditorias técnicas robustas, geração de relatórios, controle de produtividade e transparência dos processos, conforme exigências de órgãos fiscalizadores.

**2.20.** A solução deve ainda atender integralmente aos requisitos do Ministério da Saúde para manutenção da habilitação e qualificação do SAMU, assegurando a continuidade dos repasses federais e fortalecendo a política municipal de urgência e emergência.

**2.21.** A modernização tecnológica da Central de Regulação do SAMU 192 de Ilhéus é fundamental para consolidar uma infraestrutura capaz de elevar o nível assistencial, conferir maior confiabilidade às operações, atender às normas vigentes e permitir futura expansão do serviço, inclusive com pleitos de aumento do teto de custeio federal.

### 3. ESPECIFICAÇÃO E VALOR ESTIMADO

**3.1.** As especificações técnicas e os quantitativos propostos foram definidos com base em informações obtidas por meio de levantamentos e consultas junto ao setor técnico competente, responsável pela identificação e consolidação das demandas específicas relacionadas ao objeto da presente contratação. Dessa forma, os parâmetros estabelecidos refletem a real necessidade operacional do serviço, justificando-se, portanto, a contratação dos itens e quantitativos propostos.

**3.2.** A solução integrada que se pretende contratar é constituída por vários componentes de hardware, software e serviços, como o sistema de gestão da central de regulação, sistema de atendimento móvel, sistema de monitoramento de veículos, sistema de radiocomunicação, sistema de localização GPS para veículos.

Item	Descrição	Quantidade mensal	Quantidade Anual
1	Licenciamento de módulos de Atendimento, Regulação, Despacho, Gestão da Central de Regulação, Atendimento Móvel e de Telefonia IP, na plataforma WEB, compatível com múltiplos navegadores, com cessão de direito de uso, não exclusivo, ilimitado e irrestrito.	1	12
2	Capacitação dos agentes envolvidos e suporte presenciais e remotos para apoio ao sistema, desenvolvimento e treinamento continuados.	1	12

**3.2.1. Do fornecimento de equipamentos/acessórios pela CONTRATADA para a execução objeto:**

I. O fornecimento de todos os equipamentos de hardware necessários para a operação da Central de Regulação e das unidades móveis:

a) Um Gateway IP com duas interfaces E1 padrão ITU-T G.703, com transmissão transparente de sinalização e canais de voz, padrão para conector RJ45, na quantidade compatível para os canais disponibilizados e suas contingências;

b) Dispositivos móveis com pacote de dados com as especificações mínimas:

1. Processador Octa-Core ou superior;
2. Wi-Fi e Bluetooth integrados;
3. GPS integrados;
4. Tela tipo touch screen multi touch de 6" ou superior;
5. Memória RAM de 4GB ou superior;
6. Memória interna de 64GB ou superior;
7. Bateria de 5.000 mAh ou superior;
8. O equipamento deve ser fornecido com um carregador de parede, película e capa de proteção.

c) Deverá ser fornecido sistema de contingência de energia (nobreaks e geradores) com potência suficiente para alimentação dos equipamentos instalados no datacenter e os terminais de trabalho da sala de regulação;

d) Deverá fornecer servidores com a quantidade e as especificações técnicas dimensionadas garantindo a escalabilidade da solução;

e) Deverá ser implementada solução de firewall, em conformidade a LGPD, para garantir a segurança da rede de dados interna e externa;

d) Fornecimento de painéis de dashboard, compostos por 03 TVs com tamanho mínimo de 50", com suporte de fixação, acessórios cabeamentos necessários;

e) Terminais de computador com sistema operacional compatível com a solução contratada;

f) O fornecimento de todos os softwares necessários para o atendimento, a regulação e a gestão do serviço, incluindo licenças de uso e atualizações;

g) Terminais de computador com sistema operacional compatível com a solução contratada;

I - O fornecimento de todos os softwares necessários para o atendimento, a regulação e a gestão do serviço, incluindo licenças de uso e atualizações;

II- O fornecimento dos materiais de instalação necessários para a implementação da solução.

III - O fornecimento dos insumos específicos para a operação dos equipamentos;

IV - O fornecimento de todos os acessórios indispensáveis para o funcionamento adequado do sistema conforme descritos abaixo:

a) Headsets na quantidade de posições de atendimento previsto neste instrumento e com as seguintes características:

- 1 - Ser monoauricular;
- 2 - Possuir cancelamento de ruído;

- 3 - Áudio de banda larga;
- 4 - Processamento Digital de Sinais;
- 5 - Sistema de proteção auditiva;
- 6 - Ter interface USB;
- 7 - Possuir controle de volume e mudo no cabo;

b) Teclados ergonômicos;

c) Mouses ergonômicos;

d) Monitores com tamanho mínimo de 24 polegadas;

**3.3.** O valor estimado de R\$ 641.605,92 (seiscentos e quarenta e um mil, seiscentos e cinco reais e noventa e dois centavos) para a implantação da solução tecnológica integrada destinada à gestão do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) encontra-se devidamente fundamentado em critérios técnicos objetivos e em referências consistentes de mercado, tendo em vista que a quantificação do montante considerou contratações análogas formalizadas por entes públicos que implementaram a mesma solução tecnológica, desenvolvida e fornecida pela mesma empresa especializada, o que garante maior precisão e aderência metodológica ao processo de estimativa.

**3.4.** Nesse contexto, foram utilizados como parâmetros comparativos o Contrato Administrativo nº 1291/2025, celebrado pelo Município de Santo Antônio de Jesus/BA, no valor de R\$ 768.000,00 (Setecentos e sessenta e oito mil reais), e o Contrato nº 470/2023, firmado pela Secretaria de Saúde do Estado de Roraima, no valor de R\$ 596.976,00 (Quinhentos e noventa e seis mil, novecentos e setenta e seis reais), devido ao fato de que ambos tratam da contratação da mesma solução tecnológica integrada destinada ao suporte operacional do SAMU 192 e apresentam estrutura contratual, composição técnica e escopo funcional compatíveis com o objeto ora em análise.

**3.5.** Os instrumentos contratuais utilizados como referência apresentam equivalência técnica e funcional em relação à solução pretendida, assegurando a consistência da metodologia comparativa adotada. Essas contratações revelam padrões de custo compatíveis entre si e alinhados à complexidade inerente aos sistemas de gestão do SAMU 192, conferindo robustez à estimativa de valor ora apresentada.

**3.6.** Assim, verifica-se que o montante estimado está alinhado à média de mercado para contratações de tecnologia com grau de complexidade equivalente, refletindo adequadamente os custos inerentes à implantação, manutenção corretiva e preventiva, suporte técnico especializado, atualização contínua e operação de plataforma integrada e crítica para o funcionamento do SAMU 192.

**3.7.** Essa abordagem metodológica atende ao disposto no art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que admite a utilização de contratos anteriores firmados por outros órgãos ou entidades como fonte válida de pesquisa de preços, desde que relativos a objetos compatíveis.

**3.8.** Diante do exposto, conclui-se que o valor estimado apresenta justificativa técnica robusta e adequação econômica, mantendo consonância com as práticas e faixas de preços observadas no mercado para soluções similares, além de que, o montante estimado é compatível com o porte operacional do SAMU Municipal, assegurando condições adequadas para a execução eficiente e ininterrupta dos serviços

essenciais prestados à população.

#### 4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade	1101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Projeto atividade	2043. FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA MÓVEL - SAMU
Elemento de despesa	3.3.9.0.39.000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recursos	1.500.1002 - RECURSO NÃO VINCULADO DE IMPOSTOS DESTINADO A DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  1.600.0000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL – BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

#### 5. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Análise da infraestrutura e configurações tecnológicas necessárias à implantação, instalação e operação para execução dos serviços propostos no objeto;

5.1.2. Início da execução do objeto será de até 72 (setenta e duas) horas da emissão da ordem de serviço, após assinatura do contrato;

5.1.3. O prazo máximo para conclusão da implantação da solução tecnológica será de 30 dias após o início da execução;

5.1.4. Implantação das soluções e recursos tecnológicos em ambientes web e mobile, de maneira a atender às especificidades técnicas dos serviços propostos no objeto;

5.1.5. Instalação e configuração de software e hardware que integrarão às soluções tecnológicas para o serviço;

5.1.6. Criação e manutenção de planos de contingência, backup e recovery, bem como apoio à realização de testes de contingência e recovery de backup;

5.1.7. Preparação do ambiente de homologação e produção;

5.1.8. Instalação e configuração das soluções e recursos tecnológicos;

5.1.9. Criação de perfis de acesso e de usuários;

5.1.10. Geração de massa de dados

5.1.11. Adequações de infraestrutura necessária para a instalação dos equipamentos utilizados na solução tecnológica;

5.1.12. Adequação de passivos de rede de computadores necessárias para o uso ininterrupto da solução;

5.1.13. Configuração dos ativos de rede e de segurança para uso da solução;

5.1.14. Validação das condições de contingenciamento;

5.1.14.1. Instalação dos sistemas operacionais necessários. Em caso de necessidade de licenciamento, esta deverá ser fornecida pela CONTRATADA;

- 5.1.15.** Implementação de políticas de segurança de acesso ao servidor, com aplicações que compõem a solução;
- 5.1.16.** Mapeamento, instalação e configuração de infraestrutura telefônica;
- 5.1.17.** Os equipamentos deverão ser instalados, configurados e testados antes da integração;
- 5.1.18.** Identificação e integração de radiocomunicação;
- 5.1.19.** Integração com sistema de gravação com aplicações que componha a solução;
- 5.1.20.** As informações de georreferenciamento deverão possibilitar a exportação e importação de dados ao ambiente tecnológico de geoprocessamento e de cartografia da SMS.
- 5.1.21.** O prazo máximo para início do treinamento da equipe é de 24 horas após a conclusão da implantação do sistema;
- 5.1.22.** A contratada deverá elaborar um programa de capacitação para os profissionais indicados do SAMU e gestão, que deverá completar todas as orientações necessárias para a operação da Solução Tecnológica, tornando-os capazes de fazer o uso efetivo do sistema.
- 5.1.23.** A definição dos horários em que ocorrerão os treinamentos será acordada entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- 5.1.24.** A preparação do ambiente para os treinamentos será de responsabilidade da CONTRATADA;
- 5.1.25.** Todo material de treinamento entregue, disponibilizado e utilizado pela CONTRATADA para a execução dos serviços de treinamento, incluindo o material de apoio, como apresentações, apostilas, manuais, vídeos de demonstração, dentre outros correlatos, serão concedidos com direito de uso e de reprodução à CONTRATANTE, de forma irrestrita, para sua aplicação e uso em treinamentos internos para seus funcionários;
- 5.1.26.** Ao final do treinamento, a CONTRATADA deverá fornecer certificados de participação no treinamento, informando, no mínimo, o conteúdo programático ministrado e sua respectiva carga horária.
- 5.1.27.** A estimativa de Horas para Capacitação é de 80 horas;
- 5.1.28.** O suporte técnico deverá estar disponível a partir do início da execução contratual;
- 5.1.29.** O suporte poderá ser feito de forma remota ou presencial, desde que seja escolhida a forma mais eficiente de atendimento;
- 5.1.30.** A execução do atendimento do suporte, ocorrerá a partir da abertura do chamado nos períodos apresentados na Tabela abaixo:

TABELA DE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO DO SUPORTE			
GRAVIDADE	DESCRIÇÃO	PRAZO PARA SOLUÇÃO	HORARIO PARA ATENDIMENTO
CRÍTICA	Chamados referentes a situações de emergência ou problema crítico, caracterizados pela existência de ambiente paralisado.	2 HORAS	24 HORAS X 7 DIAS
ALTA	Chamados associados a situações de alto impacto, incluindo casos de	8 HORAS	das 08 às 18 hrs de segunda à sexta-feira



	degradação severa de desempenho		(exceto feriados)
MÉDIA	Chamados referentes a situações de baixo impacto ou para aqueles problemas que se apresentem de forma intermitente.	36 HORAS	das 08 às 18 hrs de segunda à sexta-feira (exceto feriados)
BAIXA	Chamados com o objetivo de sanar dúvidas quanto ao uso da solução.	72 HORAS	das 08 às 18 hrs de segunda à sexta-feira (exceto feriados)

**5.1.31.** Prazo Solução é o tempo entre a comunicação do incidente pelo usuário na Central de Serviços, e a atuação na solução do problema pela CONTRATADA ou encaminhamento da Solução;

**5.1.32.** Para cada problema reportado será aberto um chamado técnico;

**5.1.33.** Os serviços poderão ser prestados nas dependências do SAMU192 ou remotamente.

**5.2.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**5.3.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas de acordo com as características do serviço, promovendo sua substituição quando necessário.

#### **Especificação da garantia do serviço**

**5.4.** Sem prejuízo das garantias já estabelecidas no presente instrumentos, o prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Formas de transferência de conhecimento**

**5.5.** Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.6.** Após a extinção contratual, o funcionamento do sistema deverá ser mantido até 30 dias, oportunidade em que será realizada a transição dos dados e informações nele contidos, observado o direito de propriedade pertencente ao município.

### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **6.1. Requisitos de Negócio Funcionais:**

A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio funcionais, sem prejuízo das disposições do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste instrumento:

**6.1.1.** Atender integralmente a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.010, de 21 de maio de 2012, com todas as suas atualizações e adendos. Todos os procedimentos e fluxos deverão atender as demais portarias ministeriais que regulam o serviço e que estejam vigentes até a entrega completa da solução;

**6.1.2.** Atender o quanto especificado na descrição dos produtos da solução;

**6.1.3. Licenciamento de módulo de Atendimento, regulação, despacho e gestão da central de regulação:**



61.3.1. O módulo da gestão da central de regulação será utilizado dentro da central para comunicação com as equipes de atendimento, registro e controle das atividades referentes ao atendimento das ocorrências;

6.1.3.2. A solução, assim como toda a infraestrutura, deverá ser planejada para operação contínua 24x7, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias na semana;

6.1.3.3. O software deverá possuir um acesso web via extranet e via intranet, com informações armazenadas em servidores específicos disponibilizado pela CONTRATADA;

6.1.3.4. Os servidores devem ter as especificações técnicas dimensionadas garantindo a escalabilidade da solução;

6.1.3.5. O sistema deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, à exceção dos dias que serão publicadas novas versões do sistema e/ou banco de dados, as quais deverão ser previamente comunicadas aos usuários;

6.1.3.6. Os equipamentos deverão ser instalados em Rack de Piso com altura e profundidade compatível;

6.1.3.7. Deverá ser instalado pela contratada sistema de contingência de energia automatizado, com gerador e nobreak com potência suficiente para alimentação dos equipamentos instalados no datacenter e os terminais de trabalho da sala de regulação;

6.1.3.8. Caso seja necessário, deverá ser feita adequações na infraestrutura elétrica para garantir a resiliência de energia, às custas da contratada;

6.1.3.9. Os servidores devem ter as especificações técnicas dimensionadas garantindo a escalabilidade da solução;

6.1.3.10. Deverá ser implementado solução de firewall para garantir a segurança da rede de dados interna e externa;

6.1.3.11. Deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA equipamento e acesso internet via satélite para contingência de comunicação. A conexão deverá ser configurada como fail-over da conexão já instalada.

6.1.3.12. A solução tecnológica deverá incorporar uma combinação de recursos: software, Bancos de Dados, integração com Telefonia, Aplicativo Móvel, integração com Geolocalização (GPS), Integração com radiocomunicação e Internet.

6.1.3.13. O acesso ao sistema deverá ser realizado por meio de senhas individuais criadas pelos níveis de hierarquia (TARM, Médico, Rádio Operador (operador de rádio), Equipe de Atendimento/Ambulância, Chefe de Plantão/Monitor/Coordenador, Administrador, Consultas de Relatórios).

6.1.3.14. Para cada nível de acesso, a tela principal deve se auto ajustar com as informações pertinentes ao nível.

6.1.3.15. O acesso ao sistema deverá ser por meio de login e senha individual com possibilidade do próprio usuário alterar sua senha.

6.1.3.16. Para o devido registro e identificação do demandante da ocorrência, urge que a recepção das chamadas telefônicas forneça a informação automaticamente do número originador nos módulos necessários. Para isso, os dados de telefonia deverão ser salvos em tempo real diretamente nos bancos de dados da solução tecnológica, não sendo permitido a extração ou uso de alternativas de envio de dados de aplicações ou banco de dados de terceiros. (Obrigatório).

6.1.3.17. O fluxo das informações, assim como a ligação entre o TARM e Médico, deve ser transferido entre

os atores de forma automática após a coleta das informações e/ou tomadas de decisão. (Obrigatório).

6.1.3.18. Todas as informações das ocorrências inseridas nos módulos operacionais não poderão ser editadas ou excluídas posteriormente.

6.1.3.19. A solução da central de regulação deverá permitir a integração com serviços de mensageria eletrônica para envio automático de dados aos contatos interessados e autorizados. (Obrigatório).

6.1.3.20. A solução da central de regulação deverá ser uma aplicação web acessível remotamente, com atendimento telefônico, de modo a proporcionar o completo atendimento remoto das ocorrências recebidas por meio do tronco 192 (um, nove, dois).

6.1.3.21. A solução da central de regulação deverá ser compatível com integração, através do provimento de Application Programming Interface (API) ou Webservice, com outros sistemas que se façam necessários durante a vigência do contrato.

6.1.3.22. A solução da central de regulação deverá possibilitar acesso diretamente ao módulo de informações gerenciais capaz de emitir a integralidade dos relatórios de envio obrigatório ao Ministério da Saúde, pesquisa de informações por período, tempo médio de resposta entre a chamada telefônica e a chegada da equipe no local da ocorrência, tempo médio de resposta total (entre a solicitação telefônica de atendimento e a entrada do paciente no serviço hospitalar de referência), boletim de Produção Ambulatorial de forma consolidada, por competência. O módulo deve ser parte da solução, não sendo aceito, portanto, software acessórios e/ou de terceiros. (Obrigatório)

6.1.3.23. O sistema deverá possuir no mínimo 1 usuário de nível Administrador, com acesso a todas as funcionalidades do sistema.

6.1.3.24. O usuário com nível Administrador deverá ser capaz de cadastrar e definir o nível de acesso aos recursos do sistema para quantos usuários forem necessários.

6.1.3.25. Deverá permitir ao usuário com nível Administrador a suspensão e o cancelamento do acesso de qualquer usuário rapidamente.

6.1.3.26. O sistema de interface de usuário deve ser desenvolvido em linguagem de para uso nativo em ambiente WEB e MOBILE.

6.1.3.27. Não será permitida a utilização de softwares emuladores de terminal (serviços de terminal server, meta frames).

6.1.3.28. O software deverá controlar a entrada de informações e todo o fluxo do processo do atendimento:

6.1.3.29. O atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica onde registrará no software todas as informações básicas que sejam pertinentes à solicitação.

6.1.3.30. O TARM poderá realizar um acionamento de disparo automático, sem a finalização da ocorrência.

6.1.3.31. Após concluir o atendimento, se houver necessidade de Regulação Médica, o chamado será automaticamente encaminhado ao Médico Regulador, que registrará a regulação médica e definirá o tipo de ação (com ou sem intervenção) permitindo tomadas de ação de acordo com a necessidade de atendimento.

6.1.3.32. Quando houver necessidade de envio de uma Unidade Móvel de Atendimento, esta solicitação será encaminhada automaticamente aos Rádios Operadores priorizando os chamados de acordo com a regulação médica aplicada e com todas informações registradas até o momento, após isso estes iniciarão o processo de envio da unidade que efetuará o atendimento.

6.1.3.33. Ao ser designada a unidade para a ocorrência, o software deverá encaminhar automaticamente o

chamado à equipe de atendimento, ficando assim disponível para o Médico Regulador e para a Equipe de Atendimento/equipe móvel para que se possa registrar os dados da cena.

6.1.3.34. O software deverá possuir Layout de interface e funcionalidades compatível com o perfil de cada usuário dentro da sala de regulação (TARM, Médico Regulador, Rádio Operador, Ligador, Chefe de Plantão, Líderes de base, Coordenador, NEPA/SAME, Administrativo).

6.1.3.35. O sistema deve permitir a cada usuário ter um perfil de acesso definido em cadastro.

6.1.3.36. O acesso ao sistema deverá ser por meio de login e senha individual com possibilidade do próprio usuário alterar sua senha.

6.1.4. Quanto às funcionalidades do TARM:

6.1.4.1. O número da ocorrência (protocolo do atendimento) deve ser gerado automaticamente pelo sistema;

6.1.4.2. Deve registrar o horário da abertura e encerramento do atendimento e o nome do usuário responsável pela abertura do chamado;

6.1.4.3. Deve registrar o horário da finalização do preenchimento do formulário pelo TARM;

6.1.4.4. Deve registrar o horário de encaminhamento da ocorrência, realizada pelo TARM para o Médico Regulador;

6.1.4.5. O sistema deve sinalizar quando existir chamados semelhantes em andamento, como, por exemplo, com o mesmo nome do solicitante e/ou endereço igual (Obrigatório);

6.1.4.6. O número do telefone do solicitante deverá ser identificado automaticamente pelo sistema e vinculado ao número da ocorrência (Obrigatório);

6.1.4.7. O sistema deverá ter a funcionalidade de auto complete do endereço da ocorrência. De forma que ao ser preenchido o campo de Logradouro, sejam sugeridos complementos do endereço e bairro.

6.1.4.8. O sistema deve permitir o preenchimento manual do logradouro e bairro, caso o mesmo não contenha na lista pré-cadastrada;

6.1.4.9. Deverá ser armazenado o nome do TARM que inseriu o dado manualmente, podendo posteriormente filtrar apenas pelos usuários que inseriram o logradouro manualmente;

6.1.4.10. Ao inserir o logradouro, utilizando a base pré-cadastrada, o sistema deve identificar as coordenadas geográficas daquela localização;

6.1.4.11. Deve ser exibido para o TARM um mapa no formulário de preenchimento da ocorrência, e o local da ocorrência deverá ser pinado no mapa automaticamente, a partir do logradouro inserido (Obrigatório);

6.1.4.12. Caso necessário, o TARM poderá alterar manualmente o local da pinagem;

6.1.4.13. Deve ser exibido para o TARM um mapa no formulário de preenchimento da ocorrência, e, caso ele pinte manualmente alguma localização no mapa, as informações de logradouro e bairro deverão ser preenchidas automaticamente no formulário;

6.1.4.14. Deve ser exibido para o TARM um mapa no formulário de preenchimento da ocorrência, onde ele poderá visualizar a localização das ocorrências em aberto, assim como o número da ocorrência, o TARM que registrou aquela ocorrência e a queixa;

6.1.4.15. Aviso automático de ocorrência já aberto para aquele número de telefone, quando o número ligar novamente para central, e possuir no sistema algum chamado em andamento com aquele mesmo número de telefone; (Obrigatório).

6.1.4.16. Deverá exibir o status do andamento da ocorrência; (Obrigatório).

6.1.4.17. Ao atender a ligação, o sistema deverá reconhecer automaticamente se o telefone possui registros de trote, informando ao usuário a quantidade de trotes já registrados para aquele número; (Obrigatório).

6.1.4.18.A solução deve permitir que o atendente do SAMU (TARM) registre, no mínimo, as seguintes informações:

6.1.4.18.1. Dados do solicitante: nome, natureza (opções parametrizáveis) e telefone adicional;

6.1.4.18.2. Dados da Vítima: Nome, sexo e idade;

6.1.4.18.3. Indicação de múltiplas vítimas, em casos que possuir mais de uma vítima; (Obrigatório).

6.1.4.18.4. Deve ser necessário indicar se é menos ou mais que 5 vítimas;

6.1.4.18.5. Nesse caso, será dispensado o preenchimento de nome, sexo e idade da vítima;

6.1.4.18.6. Dados do endereço: cidade (opções parametrizáveis), origem da ligação (opções parametrizáveis), logradouro, número, bairro e ponto de referência;

6.1.4.18.7. Dados da ocorrência: queixa e observações pertinentes ao chamado;

6.1.4.19.A solução deverá permitir o registro da classificação da ocorrência (Atendimento, Trote, Informação, Apoio);

6.1.4.20. As opções de classificação deverão ser parametrizáveis;

6.1.4.21. Na parametrização, por ser um sistema integrado com a telefonia, deverá ser informado: (Obrigatório).

6.1.4.21.1. Se o chamado será fechado com aquela classificação; (Obrigatório)

6.1.4.21.2. Se a ligação será derrubada com aquela classificação;(obrigatório)

6.1.4.21.3. Qual o ramal que será encaminhada a chamada ao inserir aquela classificação; (Obrigatório).

6.1.4.21.4. Se será necessário o preenchimento completo dos campos ao inserir aquela classificação; (Obrigatório)

6.1.4.22.O sistema deverá registrar automaticamente o tempo gasto pelo TARM no registro da ocorrência;

6.1.4.23.O sistema deverá registrar automaticamente o tempo gasto pelo TARM para procurar um médico para envio da ocorrência; (Obrigatório)

6.1.4.24. O sistema deve exibir para o TARM em tempo real, enquanto ele estiver preenchendo o formulário inicial, o tempo já decorrido daquela chamada, e alertá-lo caso o tempo de 3 minutos de atendimento seja excedido. Por exemplo, o cronômetro deve mudar de cor ou possuir outro tipo de indicação visual para alertar o usuário;

6.1.4.25. O sistema deve possibilitar que o TARM marque que a ocorrência se trata de uma ocorrência de evento.

6.1.4.26. O sistema deverá permitir que o TARM pesquise/consulte atendimentos finalizados e em aberto, utilizando minimamente um intervalo de data do atendimento, o número do protocolo do atendimento, sexo do paciente, cidade do atendimento, hospital que foi encaminhado o paciente, nome do paciente, nome do solicitante, número de telefone utilizado na solicitação, queixa da solicitação, endereço do atendimento, o tipo de unidade enviada, a equipe móvel enviada, a classificação de risco, o TARM que atendeu a chamada, o médico que realizou a regulação, o rádio operador que designou a unidade, a classificação do tipo do atendimento e o motivo do atendimento;

6.1.4.27. A pesquisa deverá ser feita utilizando esses campos individualmente ou fazendo a combinação de vários campos; 4.1.4.28. O sistema deverá permitir que o TARM selecione o médico regulador que vai realizar o atendimento da chamada; (obrigatório)

6.1.4.28. O sistema deverá permitir que o TARM selecione o médico regulador que vai realizar o atendimento da chamada; (obrigatório).

6.1.4.29. É necessário que o TARM transfira a ligação automaticamente junto com a ocorrência para o médico regulador selecionado. Nesse caso, o TARM deverá consultar via sistema web se o médico regulador poderá atender a ligação (Obrigatório).

6.1.4.30. O sistema deverá permitir que o TARM visualize diretamente no sistema o status do ramal do médico na lista de seleção para transferência de ocorrência (ocupado ou livre) (Obrigatório).

6.1.4.31. O sistema deverá possibilitar o registro de chamados do tipo Eletivo/Transporte Sanitário, inserindo a unidade de origem e unidade de destino;

6.1.4.32. O sistema deverá permitir que o TARM envie mensagens, através de um canal de troca de mensagem do próprio sistema, para os demais usuários;

6.1.4.33. A mensagem poderá ser ou não associada a determinado atendimento. Caso seja associado a determinado atendimento, o histórico das mensagens deve ser vinculado ao número do protocolo do atendimento, sendo exibido portando no histórico daquela ocorrência;

6.1.4.34. O sistema deverá disponibilizar um procedimento para envio de unidade urgente e prioritário (disparo automático), acionado pelo TARM (Obrigatório);

6.1.4.35. Caso o TARM acione um disparo automático, o sistema deverá incluir a solicitação de envio da unidade, diretamente na tela do rádio operador, antes mesmo de passar pelo médico regulador; (Obrigatório).

6.1.4.36. A ocorrência encaminhada para o rádio operador como disparo automático deverá se diferenciar das demais de alguma forma (cor diferente, por exemplo). (Obrigatório).

6.1.4.37. Deve ser possível o médico regulador cancelar o disparo automático; (Obrigatório).

6.1.4.38. Caso o disparo seja cancelado, o operador deverá ser notificado, ou deverá ver essa informação de alguma forma; (Obrigatório).

#### **6.1.5. Quanto às funcionalidades do Médico Regulador:**

6.1.5.1. O sistema deverá exibir, separadamente, todas as ocorrências em aberto, específicas do médico regulador que está logado (minhas ocorrências); (Obrigatório)

6.1.5.2. O sistema deverá exibir, todas as ocorrências em aberto, de todos os médicos reguladores (todas ocorrências);

- 6.1.5.3. O sistema deverá exibir, todas as ocorrências em aberto, de todos os médicos reguladores que tenham sido classificadas como vermelhas; (Obrigatório).
- 6.1.5.4. O sistema deverá disponibilizar ao médico regulador todos os dados inseridos pelo operador TARM, automaticamente, após o encaminhamento do evento através do sistema;
- 6.1.5.5. O sistema deve exibir para o médico regulador a Informação de periculosidade do local (se houver);
- 6.1.5.6. O sistema deverá permitir que o endereço inserido pelo TARM seja atualizado/alterado/corrigido pelos reguladores que realizarão a regulação primária ou secundária da ocorrência;
- 6.1.5.7. O sistema deverá permitir que o médico encaminhe a ocorrência para um outro médico regulador que esteja logado no sistema (Obrigatório);
- 6.1.5.8. O sistema deve salvar automaticamente os horários de transferência de ocorrência entre os médicos; (Obrigatório).
- 6.1.5.9. O sistema deverá permitir que o médico puxe uma ocorrência de um outro médico regulador; (Obrigatório).
- 6.1.5.10. O sistema deve salvar automaticamente os horários de transferência de ocorrência entre os médicos; (Obrigatório).
- 6.1.5.11. O sistema deve permitir que o médico regulador, em caso de ocorrências com múltiplas vítimas, compartilhe determinada(s) vítima(s) com um ou vários médicos reguladores. Estes médicos poderão regular as vítimas designadas para eles, agilizando, assim, a regulação. A ocorrência deverá ser única, apenas as vítimas poderão ser compartilhadas (Obrigatório).
- 6.1.5.12. O sistema deverá permitir que o médico visualize em sua tela principal, o status de cada ocorrência (aguardando envio da unidade, aguardando retorno da equipe, encaminhado ao hospital, etc.), sem a necessidade de abrir o detalhamento da ocorrência;
- 6.1.5.13. O status das ocorrências deve ser atualizado automaticamente quando a equipe móvel informar através do módulo de atendimento móvel ou quando inserida a informação pelo operador de frota;
- 6.1.5.14. O sistema deverá permitir que o médico visualize, em sua tela principal, o status de cada unidade (saiu da base, chegou ao local, saiu do local, etc.), sem a necessidade de abrir o detalhamento da ocorrência;
- 6.1.5.15. O sistema deverá permitir que o médico visualize, em sua tela principal, qual/ quais médico/médicos que passou/passaram por determinada ocorrência, sem a necessidade de abrir o detalhamento da ocorrência; (Obrigatório)
- 6.1.5.16. O sistema deverá permitir que o médico regulador realize uma ligação para a equipe responsável por determinada ocorrência, diretamente pelo sistema. (Obrigatório)
- 6.1.5.17. O sistema deve possibilitar que ao abrir a tela de regulação com os dados da ocorrência, o médico clique em um botão e dispare a ligação para uma equipe móvel vinculada à ocorrência. (Obrigatório)
- 6.1.5.18. A gravação da ligação deve ser vinculada ao protocolo da ocorrência. (Obrigatório)
- 6.1.5.19. O sistema deverá permitir que o médico regulador efetue a ligação para o solicitante diretamente pelo sistema, sem a necessidade de digitar manualmente o número de telefone. (Obrigatório)
- 6.1.5.20. A gravação da ligação deve ser vinculada ao protocolo da ocorrência. (Obrigatório)



- 6.1.5.21. O sistema deverá permitir que o médico visualize, em sua tela principal, o tipo e a unidade empenhada em cada ocorrência, sem a necessidade de abrir o detalhamento da ocorrência;
- 6.1.5.22. O sistema não deve permitir que dois médicos acessem a mesma ocorrência simultaneamente;
- 6.1.5.23. O sistema deverá permitir ao regulador registrar o tipo da ocorrência (clínico adulto, clínico pediátrico, obstétrico/ginecológico, causas externas, psiquiátrico), utilizando como referência uma lista de opções previamente cadastradas na base de dados do sistema;
- 6.1.5.24. O sistema deverá permitir ao regulador registrar o motivo da chamada (acidente automobilístico, tentativa de suicídio, ferimento com arma de fogo, ferimento com arma branca, queimadura), utilizando uma lista de opções previamente cadastradas na base de dados do sistema; (Obrigatório)
- 6.1.5.25. Esta lista de motivos da chamada deverá estar relacionada/associada com o tipo da ocorrência; (Obrigatório)
- 6.1.5.26. O sistema deverá permitir ao regulador registrar o detalhamento do motivo da chamada (motoxcarro, motoxbicicleta), utilizando uma lista de opções previamente cadastradas na base de dados do sistema; (Obrigatório)
- 6.1.5.27. Esta lista de detalhamento da chamada deverá estar relacionada/associada com o motivo da ocorrência (acidente - motoxcarro);
- 6.1.5.28. O sistema deverá disponibilizar ao médico regulador uma opção para inserir decisões técnicas (orientação médica sem envio de unidade, envio de unidade móvel, etc.), através de uma lista de opções previamente cadastradas;
- 6.1.5.29. O sistema deverá disponibilizar um campo livre para registrar informações complementares;
- 6.1.5.30. Ao salvar essas informações, o sistema deverá registrar, além da informação, a data e hora e o médico que registrou;
- 6.1.5.31. Uma vez salvo, o histórico de todos os registros deverá ser visível para o médico, fazer parte do prontuário da vítima e não poderá mais ser excluído do sistema;
- 6.1.5.32. O sistema deve permitir que o médico regulador solicite ao operador de frota, o envio de um ou vários tipos de unidades para a ocorrência;
- 6.1.5.33. O sistema deve permitir que o médico regulador informe ao operador de frota a necessidade de envio de apoio (PM, PRF, etc.), caso necessário;
- 6.1.5.34. O sistema deve permitir que em caso de duplicidade de ocorrência, o médico regulador informe, dentre as ocorrências em aberto, a ocorrência que é duplicidade;
- 6.1.5.35. O sistema deverá permitir ao médico regulador realizar a classificação de risco da ocorrência;
- 6.1.5. 36. O sistema deverá permitir ao médico regulador, a depender da evolução da vítima, alterar a classificação de risco da ocorrência; (Obrigatório)
- 6.1.5.37. Ao salvar essas informações, o sistema deverá registrar, além da nova classificação, a data, hora e o médico que inseriu a nova classificação; (Obrigatório)
- 6.1.5.38. Uma vez salvo, o histórico de todos os registros deverá ser visível para o médico, fazer parte do prontuário da vítima e não poderá mais ser excluído do sistema;
- 6.1.5.39. O sistema deverá permitir que o médico regulador registre na triagem (primeiro contato com o solicitante), no mínimo:

6.1.5.39.1. Anamnese / Histórico da moléstia atual;

6.1.5.39.2. Diagnóstico sindrômico;

6.1.5.39.3. Observações;

6.1.5.39.4. Tipo / Motivo da ocorrência;

6.1.5.39.5. Decisão médica;

6.1.5.39.6. Tipo de unidade móvel;

6.1.5.39.7. Tipo de apoio;

6.1.5.40. O sistema deverá permitir ao médico regulador inserir intercorrências utilizando uma lista de opções previamente cadastradas na base de dados do sistema;

6.1.5.41. O sistema deverá permitir ao médico regulador inserir uma ou várias vítimas na ocorrência; (Obrigatório)

6.1.5.42. As informações de cada vítima deverão ser inseridas de forma individual; (Obrigatório)

6.1.5.43. O sistema deverá permitir ao médico regulador regular de forma individual uma ou mais unidades móveis, vinculadas àquela determinada ocorrência; (Obrigatório)

6.1.5.44. O sistema deverá permitir ao médico regulador registrar detalhadamente a procura de recurso assistencial. O médico irá registrar qual a unidade de saúde que ele entrou em contato para receber o paciente, o horário e a descrição sobre o aceite ou negação de atendimento. (Obrigatório)

6.1.5.45. Todo o histórico da busca por unidade de saúde deverá ser exibido na tela do médico.

6.1.5.46. O sistema deverá permitir ao médico regulador ou à equipe embarcada na unidade (equipe móvel), registrar as informações relacionadas à conduta em cena de cada vítima associada à ocorrência, contemplando minimamente as seguintes informações:

6.1.5.46.1. Nome da vítima;

6.1.5.46.2. Idade da vítima;

6.1.5.46.3. Sexo da vítima;

6.1.5.46.4. Dados vitais – PA (pressão arterial), Saturação (em percentual), temperatura (em graus Celsius), FC (frequência cardíaca), FR (frequência respiratória), HGT e Glasgow;

6.1.5.46.5. Relato (descrição da situação do paciente);

6.1.5.46.6. Tipo / Motivo da ocorrência /detalhamento;

6.1.5.46.7. Classificação de risco;

6.1.5.46.8. Morbidades (uma ou várias);

6.1.5.47. O sistema deverá permitir ao médico regulador registrar a decisão técnica de cada vítima, de acordo com uma lista previamente cadastrada no sistema (enviar para unidade, não enviar para unidade);

6.1.5.48. Essa decisão técnica deverá ser registrada no histórico;

- 6.1.5.49. O sistema deverá permitir ao médico regulador registrar, quando necessário, o hospital ou unidade de destino de cada vítima;
- 6.1.5.50. Essa decisão técnica deverá ser registrada no histórico;
- 6.1.5.51. O sistema deverá permitir ao médico regulador registrar, quando necessário, que a vítima será acolhida através de vaga zero. (Obrigatório)
- 6.1.5.52. Deverá ser informado o nome do profissional receptor;
- 6.1.5.53. O sistema deverá permitir ao médico regulador incluir as intercorrências identificadas durante o atendimento da triagem ou em contato com a equipe móvel;
- 6.1.5.54. As intercorrências serão selecionadas utilizando uma lista de opções previamente cadastradas na base de dados do sistema;
- 6.1.5.55. O sistema deverá permitir visualizar as mensagens relacionadas à ocorrência, enviadas pelas equipes móveis através do aplicativo móvel; (Obrigatório)
- 6.1.5.56. Essas mensagens deverão ser registradas e visualizadas pelo médico regulador no histórico da ocorrência;
- 6.1.5.57. O sistema deverá permitir visualizar as imagens relacionadas à ocorrência, capturadas e enviadas pelas equipes móveis através do aplicativo móvel (Obrigatório);
- 6.1.5.58. Essas imagens deverão ser registradas e visualizadas pelo médico regulador no histórico da ocorrência;
- 6.1.5.59. O sistema deverá permitir ouvir os áudios, relacionados à ocorrência, enviados pelas equipes móveis através do aplicativo móvel (Obrigatório);
- 6.1.5.60. Esses áudios deverão ser registrados e visualizados pelo médico regulador no histórico da ocorrência;
- 6.1.5.61. O sistema deverá permitir que o médico regulador interaja com a equipe móvel através do aplicativo móvel (Obrigatório);
- 6.1.5.62. Toda a conversa deverá ser registrada no histórico da ocorrência;
- 6.1.5.63. O sistema deverá permitir ao médico regulador incluir a informação de contra referenciamento de hospital, caso houver; (Obrigatório)
- 6.1.5.64. O médico deverá inserir a justificativa dada pelo hospital para o contra referenciamento;
- 6.1.5.65. O sistema deverá permitir ao médico regulador solicitar para o operador de frota a troca de uma determinada unidade na ocorrência;
- 6.1.5.66. O sistema deverá permitir ao médico regulador solicitar para o operador de frota um apoio para a ocorrência;
- 6.1.5.67. O sistema deverá permitir ao médico regulador informar que a unidade móvel foi liberada, caso isso venha ocorrer (ex: equipe foi dar apoio a outra equipe, mas apenas uma irá conduzir o paciente, a outra unidade será liberada);
- 6.1.5.68. O sistema NÃO deverá permitir que o médico regulador finalize o seu login (encerre seu turno de

trabalho), caso o mesmo ainda tenha ocorrências em atendimento sob sua responsabilidade técnica; (Obrigatório)

6.1.5.69. O sistema deverá exibir para o médico regulador a informação de que não existe unidade disponível, para ser enviada naquele momento, caso o operador de frota tenha sinalizado essa informação (Obrigatório);

6.1.5.70. O sistema deverá permitir que o médico regulador, caso a ocorrência ainda esteja em andamento, transfira o paciente de uma unidade móvel para outra unidade móvel vinculada àquela ocorrência; (Obrigatório)

6.1.5.71. O sistema deverá permitir que o médico regulador informe que aquela determinada ocorrência trata-se de notificação compulsória, e/ou o sistema deverá classificar de forma automática. (Obrigatório);

6.1.5.72. O sistema deverá notificar o médico regulador caso a equipe da unidade móvel solicite contato por meio do aplicativo móvel (Obrigatório);

6.1.5.73. O sistema deverá permitir que o médico regulador responda à solicitação;

6.1.5.74. O sistema deverá permitir que o médico regulador pesquise/consulte atendimentos finalizados e em aberto, utilizando minimamente um intervalo de data do atendimento, o número do protocolo do atendimento, sexo do paciente, cidade do atendimento, hospital que foi encaminhado o paciente, nome do paciente, nome do solicitante, número de telefone utilizado na solicitação, queixa da solicitação, endereço do atendimento, o tipo de unidade enviada, a equipe móvel enviada, a classificação de risco, o TARM que atendeu a chamada, o médico que realizou a regulação, o rádio operador que designou a unidade, a classificação do tipo do atendimento e o motivo do atendimento;

6.1.5.75. A pesquisa deverá ser feita utilizando esses campos individualmente, ou fazendo a combinação de vários campos;

6.1.5.76. O sistema deverá permitir que o médico regulador envie mensagens, através de um canal de troca de mensagem do próprio sistema, para os demais usuários;

6.1.5.77. A mensagem poderá ser ou não associada a determinado atendimento. Caso seja associado a determinado atendimento, o histórico das mensagens deve ser vinculado ao número do protocolo do atendimento, sendo exibido portando no histórico daquela ocorrência;

6.1.5.78. O sistema NÃO deve permitir que o médico regulador feche a ocorrência sem informar o hospital que o paciente foi acolhido (mesmo nos casos de desvinculação da unidade pelo operador, o médico deverá inserir o hospital de acolhimento); (Obrigatório)

6.1.5.79. Essa informação deve ser obrigatória, inclusive nos casos que houver desvinculação da unidade na ocorrência. Sendo assim, não deve ser permitido finalizar a ocorrência sem informar que o paciente de fato foi acolhido. (Obrigatório)

6.1.5.80. Em casos que não tiver vítima, obrigatoriamente ele deve inserir uma intercorrência. (Obrigatório)

6.1.5.81. O sistema deverá permitir que o médico regulador visualize que determinada ocorrência trata-se de envio de unidade urgente e prioritário (disparo automático), acionado pelo TARM.

6.1.5.82. Considerando que as equipes têm a necessidade de ligar para o médico regulador para passar o quadro da vítima, e a dificuldade da equipe localizar o médico regulador atual da ocorrência e em qual ramal ele está, o sistema deve possibilitar que a equipe ao tentar realizar contato com o médico regulador, ela entre em contato por meio do 192, e que ao ligar para o 192, o sistema localiza automaticamente o médico regulador da ocorrência, direcionando assim a ligação de forma automática. (Obrigatório)

6.1.5.83. Caso o médico não atenda a ligação, deve ser exibido em sua tela a informação que a equipe tentou contato, e ele deve informar o motivo que não atendeu a ligação.

6.1.5.84. Ao atender a ligação da equipe, essa ligação deve ser vinculada ao protocolo da ocorrência. (Obrigatório)

6.1.5.85. O sistema deverá permitir que o médico regulador registre uma nova ocorrência. Os campos de preenchimento da ocorrência serão os mesmos campos existentes na tela do TARM, exceto a funcionalidade de disparo automático.

6.1.6. Quanto às funcionalidades do Operador de Frota:

6.1.6.1. O sistema deverá exibir para o operador de frota, separadamente: as ocorrências que estão aguardando envio de unidade, as ocorrências que já possuem unidades vinculadas e as ocorrências já finalizadas pelo médico regulador; (Obrigatório)

6.1.6.2. O sistema NÃO deverá possibilitar a operação simultânea dos operadores de frota em uma mesma ocorrência.

6.1.6.3. As ocorrências que estão aguardando envio de unidade deverão ser organizadas de acordo com a urgência de descolamento (vermelho, amarelo, verde e azul - diferenciando as normais das ocorrências de transferência com hora marcada);

6.1.6.4. O sistema deve permitir que o operador de frota visualize as informações de endereço da ocorrência;

6.1.6.5. O sistema deve permitir que o operador de frota visualize no mapa a localização da ocorrência (Obrigatório);

6.1.6.6. As coordenadas geográficas serão capturadas no registro do TARM;

6.1.6.7. O sistema deve permitir que o rádio operador altere o endereço, atualizando as coordenadas geográficas.

6.1.6.8. O sistema deve permitir que o operador de frota visualize no mapa a localização das ambulâncias;

6.1.6.9. Quando integrado com algum dispositivo de geolocalização;

6.1.6.10. O sistema deve permitir que o rádio operador visualize qual unidade está mais próxima do local da ocorrência; (Obrigatório)

6.1.6.11. Deverá ser informado a distância e o tempo provável da unidade na ocorrência; (Obrigatório)

6.1.6.12. Quando integrado com algum dispositivo de geolocalização;

6.1.6.13. O sistema deve permitir que o rádio operador visualize, ao vincular a unidade na ocorrência, os profissionais alocados naquela unidade. (Obrigatório)

6.1.6.14. Devem ser exibidos os integrantes das unidades móveis envolvidos naquela ocorrência, no histórico de ocorrência e quando exportar o atendimento em .pdf. (Obrigatório)

6.1.6.15. O sistema deverá permitir ao operador de frota informar a indisponibilidade de unidades para atendimento da solicitação naquele momento (Obrigatório);

6.1.6.16. Essa informação deverá ser visível ao médico regulador; (Obrigatório)

6.1.6.17. Essa informação deverá ser exibida nos relatórios; (Obrigatório)

6.1.6.18. O sistema deverá permitir ao operador de frota selecionar, na lista de ocorrências, uma ocorrência para envio da unidade e, após selecionar, o sistema deverá apresentar, no mínimo:

6.1.6.18.1. Número do protocolo;

6.1.6.18.2. Classificação do risco;

6.1.6.18.3. Nome da vítima;

6.1.6.18.4. Idade;

6.1.6.18.5. Endereço da ocorrência;

6.1.6.18.6. Ponto de referência;

6.1.6.18.7. Nome do solicitante;

6.1.6.18.8. Número de telefone identificado automaticamente;

6.1.6.18.9. Médico que solicitou o envio;

6.1.6.18.10. Queixa da ocorrência;

6.1.6.18.11. Detalhamento da ocorrência;

6.1.6.18.12. Diagnóstico sintomático;

6.1.6.18.13. Horário da abertura da ocorrência;

6.1.6.18.14. Tipo da unidade solicitada pelo médico regulador;

6.1.6.19. O sistema não deverá exibir o bairro de imediato pelo operador de frota. Tal informação só poderá ser exibida na tela principal após o operador entrar na ocorrência. (Obrigatório)

6.1.6.20. O sistema deverá registrar o nome do operador e horário que foi visualizada a ocorrência pela primeira vez. Essa informação deverá ser exibida no histórico de ocorrências e no relatório exportado. (Obrigatório)

6.1.6.21. O sistema deverá permitir que o operador designe uma ou várias unidades móveis para a ocorrência (Obrigatório);

6.1.6.22. Ao designar a unidade, o solicitante deve receber uma mensagem, pedindo para compartilhar sua localização atual; (Obrigatório)

6.1.6.23. O operador deverá visualizar a localização compartilhada pelo solicitante; (Obrigatório)

6.1.6.24. O sistema deverá permitir que o rádio operador visualize se a equipe móvel visualizou a ocorrência no aplicativo móvel; (Obrigatório)

6.1.6.25. Deverá exibir o horário de visualização pela equipe; (Obrigatório)

6.1.6.26. O sistema deverá permitir que o rádio operador visualize se a equipe recebeu a ocorrência no aplicativo ou se a ocorrência não chegou no aplicativo; (Obrigatório)



- 6.1.6.27. Caso a ocorrência não tenha chegado no aplicativo, deve possibilitar que o operador envie novamente para o aplicativo, sem a necessidade de desvincular/vincular a unidade;
- 6.1.6.28. O sistema deverá permitir que o rádio operador seja notificado quando a equipe móvel demorar a sair da base (ultrapassar 5 minutos após a designação).
- 6.1.6.29. A informação se a equipe saiu da base deverá ser capturada automaticamente utilizando geo cercas.
- 6.1.6.30. O sistema deverá permitir ao rádio operador visualizar e registrar observações sobre o atendimento da ocorrência;
- 6.1.6.31. Essas observações, uma vez registradas, não poderão mais ser alteradas ou excluídas;
- 6.1.6.32. Deverá ser exibido a data, hora e profissional que registrou a observação;
- 6.1.6.33. O sistema deverá permitir ao operador de frota inserir informações sobre o status do atendimento (unidade saiu da base, chegou no local, saiu do local, chegou no hospital, saiu do hospital, etc.);
- 6.1.6.34. O sistema deverá permitir ao operador de frota trocar a unidade já vinculada na ocorrência, selecionando a nova unidade que irá atender;
- 6.1.6.35. O registro da troca deverá ser exibido na tela, informando o profissional que efetuou a troca, o horário e a data;
- 6.1.6.36. O sistema deverá permitir ao operador de frota desvincular uma unidade móvel da ocorrência; (Obrigatório)
- 6.1.6.37. Ao desvincular a unidade, a ocorrência não deverá ser fechada; (Obrigatório)
- 6.1.6.38. O registro do desvínculo deverá ser exibido na tela, informando o profissional que efetuou o desvínculo o horário e a data. (Obrigatório)
- 6.1.6.39. O sistema deverá permitir alterar a situação atual do veículo (disponível, indisponível);
- 6.1.6.40. Unidades indisponíveis não poderão receber ocorrências;
- 6.1.6.41. O sistema deve permitir que o operador de frota despache a ocorrência para unidade / ambulância selecionada;
- 6.1.6.42. Os dados da ocorrência devem ser recebidos no smartphone da equipe de atendimento através do módulo de atendimento móvel;
- 6.1.6.43. O sistema deverá permitir que o operador de frota visualize, em sua tela principal, o status de cada ocorrência (aguardando envio da unidade, aguardando retorno da equipe, encaminhado ao hospital, etc.), sem a necessidade de abrir o detalhamento da ocorrência (Obrigatório);
- 6.1.6.44. O status das ocorrências deve ser atualizado automaticamente quando a equipe móvel informar através do módulo de atendimento móvel, ou quando inserido a informação pelo operador de frota;
- 6.1.6.45. O sistema deverá permitir que o operador de frota visualize, em sua tela principal, o status de cada unidade (saiu da base, chegou ao local, saiu do local, etc.), sem a necessidade de abrir o detalhamento da ocorrência; (Obrigatório)
- 6.1.6.46. O sistema deverá permitir que o operador de frota visualize, em sua tela principal, qual/quais médico/médicos que passou /passaram por determinada ocorrência, sem a necessidade de abrir o

detalhamento da ocorrência; (Obrigatório)

6.1.6.47. O sistema deverá permitir que o operador de frota visualize, em sua tela principal, o tipo e a unidade empenhada em cada ocorrência, sem a necessidade de abrir o detalhamento da ocorrência;

6.1.6.48. O sistema deverá permitir que o operador de frota envie mensagem, através de um canal de troca de mensagem do próprio sistema, para os demais usuários;

6.1.6.49. A mensagem poderá ser ou não associada a determinado atendimento;

6.1.6.50. Caso seja associado a determinado atendimento, o histórico das mensagens deve ser vinculado ao número do protocolo do atendimento, sendo exibido portando no histórico daquela ocorrência;

6.1.6.51. O sistema deverá permitir que o operador de frota pesquise/consulte atendimentos finalizados e em aberto, utilizando minimamente um intervalo de data do atendimento, o número do protocolo do atendimento, sexo do paciente, cidade do atendimento, hospital que foi encaminhado o paciente, nome do paciente, nome do solicitante, número de telefone utilizado na solicitação, queixa da solicitação, endereço do atendimento, o tipo de unidade enviada, a equipe móvel enviada, a classificação de risco, o TARM que atendeu a chamada, o médico que realizou a regulação, o rádio operador que designou a unidade, a classificação do tipo do atendimento e o motivo do atendimento;

6.1.6.52. A pesquisa deverá ser feita utilizando esses campos individualmente ou fazendo a combinação de vários campos;

6.1.6.53. O sistema deverá exibir para o operador de frota a solicitação de contato realizada pela equipe da unidade móvel;

6.1.6.54. O sistema deverá exibir para o operador de frota a solicitação de QRF (almoço), realizada pela equipe da unidade móvel;

6.1.6.55. O sistema deverá exibir para o operador de frota a informação de que a unidade móvel está indisponível, enviada pela equipe da unidade móvel;

6.1.6.56. O sistema deverá exibir para o operador de frota a informação de que a unidade móvel está em abastecimento, enviada pela equipe da unidade móvel;

6.1.6.57. O sistema deverá exibir para o operador de frota a informação de que a unidade móvel está em higienização, enviada pela equipe da unidade móvel;

6.1.6.58. O sistema deverá diferenciar, na tela do operador de frota, a ocorrência de envio de unidade urgente e prioritária (disparo automático), acionado pelo TARM, das demais ocorrências (Obrigatório);

6.1.6.59. O sistema deverá exibir para o operador de frota a informação das unidades móveis que estão com a equipe completa, incompleta ou com nenhum membro logado no aplicativo móvel (Obrigatório);

6.1.6.60. O sistema deverá exibir para o operador de frota a informação de quais usuários estão logados no aplicativo móvel (Obrigatório);

6.1.6.61. Deverá exibir o nome do profissional, a data/hora do login, a função e a foto; (Obrigatório)

6.1.6.62. O sistema deverá permitir que o operador de frota informe, separadamente e manualmente, o horário de chegada do profissional, caso necessário;

6.1.6.63. Deve ser inserido o motivo da inserção manual, e qual profissional realizou a inserção;

6.1.6.64. O sistema deverá permitir que o operador informe que determinada unidade está temporariamente

desativada;

6.1.6.65. O sistema deverá exibir as unidades que estão temporariamente desativadas, permitindo que o operador ative novamente a unidade;

6.1.6.66. O sistema deve permitir, ao ser integrado com o sistema de geolocalização, que o operador visualize no mapa das unidades que estejam em ocorrência e as unidades que estejam livres; (Obrigatório)

6.1.6.67. Deverá ser exibido, em caso das unidades em ocorrência, qual a ocorrência está sendo atendida (exibir número da ocorrência e queixa); (Obrigatório)

6.1.6.68. Deverá ser possível pesquisar a unidade pelo nome ou pelo protocolo, para buscar a sua localização; (Obrigatório)

6.1.6.69. O sistema deverá permitir a construção de áreas geograficamente delimitadas no mapa digital (conhecidas como geo cercas ou alvos) para notificação de entrada e saída; (Obrigatório)

6.1.6.70. A CONTRATADA deverá ser responsável por realizar a devida integração com o sistema de geolocalização utilizada pela CONTRATANTE;

#### **6.1.7. Quanto às funcionalidades Coordenador:**

6.1.7.1. O sistema deverá exibir em tela a quantidade de ocorrências registradas, triadas no plantão, ocorrências reguladas, ocorrências com envio de unidade, quantidade de envio por hospital, quantas ocorrências aguardando regulação, quantas ocorrências aguardando triagem e quantidade ocorrência regulada e triada por médico. (Obrigatório)

6.1.7.2. O sistema deverá exibir a quantidade de ocorrência por TARM e a classificação dos respectivos chamados;

6.1.7.3. O sistema deverá exibir uma aba com o tempo de ocorrência, onde deverá ser listado todas as ocorrências em aberto.

6.1.7.4. O sistema deverá exibir uma aba que mostre quantas ocorrências cada unidade fez no plantão e o tempo de duração de cada ocorrência, tempo médio de duração da ocorrência de determinada unidade, e tempo médio de duração das ocorrências em todo o plantão. (Obrigatório)

6.1.7.5. O sistema deverá exibir a quantidade de contra referenciamento por hospital no plantão, e a quantidade de procura de recurso por hospital, exibindo se foi aceito ou negado (para isso tem que mudar a tela da regulação, onde ao fazer a procura de recurso o médico indique se o hospital vai aceitar ou não), e a quantidade de acolhido por hospital. (Obrigatório)

6.1.7.6. O sistema deverá exibir a quantidade de ligações entrantes e a quantidade de ligações atendidas.

6.1.7.7. O sistema deverá possibilitar para esse usuário o acesso a tela do médico regulador e a tela do rádio operador. Deve ser visível para ele também o controle de equipe.

6.1.7.8. O sistema deverá exibir os horários de logins/logout dos médicos reguladores, nas últimas 24h, permitindo que o chefe filtre por determinado médico. (Obrigatório)

6.1.7.9. O sistema deverá exibir separadamente todas as ocorrências vermelhas em aberto. Deve ser separada as ocorrências da triagem e regulação. (Obrigatório)

#### **6.1.8. Quanto às funcionalidades do Enfermeiro Regulador:**

6.1.8.1. O sistema deve possibilitar acesso a página do rádio operador, com todas as suas funcionalidades;

6.1.8.2. O sistema deverá permitir ao Enfermeiro Regulador a inserção manual do horário de chegada do profissional/equipe na base de trabalho.

6.1.8.3. O sistema deve permitir a inserção de profissionais de “sombra”. Deve possibilitar inserir o nome do profissional, o setor/equipe que ele está trabalhando, a categoria do profissional, e o horário (plantão) que ele irá trabalhar.

6.1.8.4. O sistema deve permitir a inserção de profissionais do administrativo que estão trabalhando naquele plantão. Deverá permitir inserir o profissional e o setor que ele irá trabalhar (CME, apoio técnico/higienização, etc.).

6.1.8.5. O sistema deve disponibilizar um controle de equipe, exibindo uma tela contendo as unidades por base, e os respectivos profissionais que estão naquela unidade, a função do profissional, e o horário de entrada (por login ou horário informado que o profissional chegou). (Obrigatório)

6.1.8.5.1. A planilha deve ser colorida, onde deve exibir em determinada cor os que fizeram login pelo app, e com outra cor os que foram inseridos manualmente. (Obrigatório)

6.1.8.5.2. Deve permitir também que a enfermeira insira a informação "Sem profissional" - tal informação deve ser preenchida com outra cor. (Obrigatório)

6.1.8.5.3. Caso a unidade seja desativada no controle de equipe, ela deve ser exibida com toda a linha em vermelho. (Obrigatório)

6.1.8.5.4. Deve ser possível que o enfermeiro aloque o profissional já logado para outra equipe. (Obrigatório)

6.1.8.5.5. O enfermeiro regulador deverá poder salvar e editar a qualquer momento a planilha.

6.1.8.6. O sistema deve possibilitar que o enfermeiro regulador remova da equipe o usuário logado pelo app. (Obrigatório)

6.1.8.6.1. Deverá ser armazenado o profissional que removeu o usuário, o usuário removido e a data/hora da remoção.

6.1.8.7. O sistema deverá exibir as equipes conectadas.

6.1.8.7.1. Deve ser exibido separadamente as unidades prontas, incompletas, não logadas e desativadas.

6.1.8.7.2. Além disso, deve mostrar apenas o nome da unidade, e uma opção de, por exemplo, ao clicar no nome da unidade expandir e ver os membros com os horários de login e a foto tirada no momento do login.

6.1.8.8. O sistema deverá possibilitar que a enfermeira reguladora ative e desative determinada unidade. (Obrigatório)

6.1.8.8.1. Para desativar a unidade, a enfermeira deverá preencher o motivo obrigatoriamente.

6.1.8.8.2. Na aba de desativadas, deverá aparecer quem desativou, dia/hora e motivo. (Obrigatório)

6.1.8.8.3. Caso a equipe móvel tente logar em uma unidade desativada ela deve voltar a ficar ativa.

#### **6.1.9. Quanto às funcionalidades do Ligador:**

6.1.9.1. O sistema deve possibilitar que usuários desse perfil tenham acesso à tela atual do TARM e a tela de solicitação de ligação;

6.1.9.2. O sistema deve possibilitar que o médico solicite ao ligador realizar a ligação para determinada unidade de saúde. (Obrigatório)

6.1.9.3. Além disso, deve possibilitar que o médico insira uma breve mensagem para o ligador. Deve ser armazenado o profissional e horário que solicitou a ligação. (Obrigatório)

6.1.9.4. Essa informação deve aparecer na tela da ocorrência, no histórico e ao exportar o atendimento.

6.1.9.5. Ao receber a solicitação, deve aparecer uma notificação/popup na tela do ligador, onde ele deve responder "Ocupado. Ligo em breve" ou "Ciente. Ligando". (Obrigatório)

6.1.9.6. A resposta deve aparecer para o médico regulador, assim como o profissional e horário que respondeu. (Obrigatório)

6.1.9.7. Essa informação deve aparecer na tela da ocorrência, no histórico e ao exportar o atendimento.

6.1.9.8. Deve ser possível ainda que o ligador posteriormente envie uma ou várias mensagens para o médico regulador sobre aquela solicitação, assim como possibilitar o registro de observações pelo ligador. (Obrigatório)

6.1.9.9. Na tela do médico e do ligador deve possuir um ícone que redirecione para o histórico de todas as solicitações realizadas /recebidas por aquele profissional.

6.1.10. Quanto às funcionalidades do Gestor de Frotas:

6.1.10.1. O sistema deve permitir que ao inserir placa e data, o supervisor de frota identifique o motorista que trabalhou naquele determinado dia;

6.1.10.2. O sistema deve permitir o registro de inserção de multa;

6.1.10.2.1. Deve possibilitar que o gestor visualize o relatório de multas;

6.1.10.2.2. Deve ser possível inserir tipo da infração e data, e ser listado os motoristas infratores e a quantidade de multa por motorista;

6.1.10.2.3. Deve ser possível inserir o motorista, e ser listadas as multas daquele motorista;

6.1.10.3. O sistema deve permitir o registro de checagem diária;

6.1.10.3.1. Deve possibilitar que o gestor visualize o relatório de checagem diária;

6.1.10.3. Deve possibilitar que o gestor visualize o relatório de manutenção;

6.1.10.3.4. O sistema deve permitir o registro de liberação de oxigênio;

6.1.10.3.5. Deve possibilitar que o gestor visualize o relatório de liberação de oxigênio. 4.1.11. Quanto às funcionalidades gerenciais:

6.1.11.1 A solução deverá disponibilizar os cadastros necessários para operação e parametrização do sistema:

6.1.11.1.1. Cadastros dos tipos de unidades móveis;

6.1.11.1.2. Cadastros das unidades móveis;

6.1.11.1.3. Cadastros de Bases;

6.1.11.1.4. Cadastro de Veículos;

6.1.11.1.5. Cadastro de apoios;

6.1.11.1.6. Cadastro de cidades;

6.1.11.1.7. Cadastro de classificação da chamada;

6.1.11.1.8. Cadastra de conduta médica;

6.1.11.1.9. Cadastro de decisão médica;

6.1.11.1.10. Cadastro de equipes;

6.1.11.1.11. Cadastro de tipos de unidades de saúde;

6.1.11.1.12. Cadastro de hospitais;

6.1.11.1.13. Cadastro de intercorrências;

6.1.11.1.14. Cadastro de tipo da ocorrência;

6.1.11.1.15. Cadastro de motivo da ocorrência;

6.1.11.1.16. Cadastro de morbidade;

6.1.11.1.17. Cadastro de natureza do solicitante;

6.1.11.1.18. Cadastro de origem da ocorrência;

6.1.11.1.19. Cadastro de usuários;

6.1.11.2. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, os relatórios exigidos pelo ministério da saúde, por meio da portaria nº 1.010 (Obrigatório - a obrigatoriedade contempla todos os subitens deste item):

6.1.11.2.1. Número de geral de ocorrência no período;

6.1.11.2.2. Tempo mínimo, médio e máximo de resposta;

6.1.11.2.3. Deverá ser exibido o tempo, diferenciando as ocorrências azuis e verdes das ocorrências amarelas e vermelhas

6.1.11.2.4. Identificação dos motivos dos chamados;

6.1.11.2.5. Quantitativo de chamados, orientações médicas, saídas de Unidade de Suporte Avançado (USA) e Unidade de Suporte Básico (USB);

6.1.11.2.6. Localização das ocorrências;

6.1.11.2.7. Idade e sexo dos pacientes atendidos;

6.1.11.2.8. Identificação dos dias da semana e horários de maior pico de atendimento;

6.1.11.2.9. Identificação dos dias da semana e horários de maior pico de atendimento;



- 6.1.11.2.10. Pacientes (número absoluto e percentual) referenciados aos demais componentes da rede, por tipo de estabelecimento;
- 6.1.11.2.11. O sistema deve permitir a visualização e impressão da ficha de atendimento contendo todas as informações relacionadas à ocorrência, incluindo as mensagens de texto trocadas entre a central de regulação e as equipes de atendimento (Obrigatório);
- 6.1.11.2.12. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o trajeto realizado pela Equipe em determinada ocorrência.
- 6.1.11.2.13. Deve ser possível visualizar o trajeto feito pela unidade e status (foi designada, saiu da base, chegou ao local, saiu do local, foi desvinculada), desde o momento em que ela foi veiculada na ocorrência.
- 6.1.11.2.14. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de solicitações por bairro;
- 6.1.11.2.15. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, um relatório de múltiplos filtros, que exiba todas as ocorrências do tipo "Evento".
- 6.1.11.2.16. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório do quantitativo de atendimento por equipe;
- 6.1.11.2.17. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório do quantitativo de atendimento por TARM;
- 6.1.11.2.18. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório do quantitativo de triagem por médico regulador;
- 6.1.11.2.19. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório do quantitativo de regulação por médico regulador;
- 6.1.11.2.20. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de trotes reincidentes por período;
- 6.1.11.2.21. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de ocorrências sem unidade disponível para envio no momento da solicitação (Obrigatório);
- 6.1.11.2.22. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de tempo de ocupação de determinada unidade (Obrigatório);
- 6.1.11.2.23. Deve possibilitar inserir a data/hora e/ou a equipe, e retornar o tempo total que aquela(s) equipe ficou ocupada;
- 6.1.11.2.24. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de tempo de ocorrência de acordo com a classificação de risco (deve exibir o quantitativo de ocorrências com até 2h de duração, entre 2h e 3h de duração e acima de 3h, além do tempo médio de ocorrência) (Obrigatório);
- 6.1.11.2.25. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, um relatório de quantitativos em um intervalo de datas e horas, na qual deve exibir:
- 6.1.11.2.26. Quantidade de triagem, quantidade de ligação, quantidade de designação, quantidade de ocorrência que a decisão do médico tenha sido de enviar unidade; (Obrigatório)
- 6.1.11.2.27. Além disso, deve possuir uma opção de gerar um gráfico de barras com essas informações, e ainda exportar em pdf;

6.1.11.2.28. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, um relatório de tempo médio por profissional/equipe, permitindo informar um intervalo de data/hora que permita a filtragem por profissional/equipe e tipo de classificação (cores) - possibilitar selecionar mais de uma cor, e: (Obrigatório)

6.1.11.2.28.1. Exiba em caso de TARM - tempo médio de atendimento do Tarm até salvar os dados, tempo médio de procura do médico; (Obrigatório)

6.1.11.2.28.2. Exiba em caso de MÉDICO - tempo médio do médico iniciar a triagem, tempo médio de duração da triagem; (Obrigatório)

6.1.11.2.28.3. Exiba em caso de OPERADOR - tempo médio de designação, tempo médio para abrir a ocorrência pela primeira vez; (Obrigatório)

6.1.11.2.28.4. Exiba em caso de EQUIPE - tempo médio para equipe sair da base, tempo médio até a equipe chegar no local da ocorrência. (Obrigatório)

6.1.11.2.28.5. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de detalhamento dos indicadores para a gestão, sendo assim deve possibilitar que a gestão insira um intervalo de data e horas, e classificação (cores) , exibindo todos os protocolos com os seguintes informações: (Obrigatório)

6.1.11.2.28.5.1. Tempo da chamada em fila até ser atendido, tempo de atendimento do Tarm até salvar os dados, tempo após salvar os dados até enviar para algum médico (procura do médico), tempo do médico receber a ocorrência e iniciar a triagem (abrir a ocorrência), tempo após abrir a ocorrência até finalizar a triagem, tempo entre o pedido de unidade realizada pelo médico até a designação pelo Operador, tempo da designação da unidade até ela sair da base, tempo da saída da base até chegar no local. (Obrigatório)

6.1.11.2.28.5.2. Deve possibilitar gerar um gráfico do tipo barra empilhada com essas informações e exportar em pdf.

6.1.11.2.28.5.3. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de produção médica; (Obrigatório)

6.1.11.2.29. Deve ser exibido a quantidade de mudança de classificação da ocorrência realizada pelo médico; (Obrigatório)

6.1.11.2.30. Devem ser separadas as classificações crescentes e decrescentes; (Obrigatório)

6.1.11.2.31. Deve ser exibido a quantidade e quais apoios solicitados pelo médico; (Obrigatório)

6.1.11.2.32. Deve ser exibido a quantidade de ocorrência cujo tempo de espera foi acima de 10 minutos;

6.1.11.2.33. Deve ser exibido a quantidade de solicitações de troca de unidade; (Obrigatório)

6.1.11.2.34. Deve ser exibido a quantidade de envio de Unidade de Suporte Avançado; (Obrigatório)

6.1.11.2.35. Deve ser exibido a quantidade de envio de Unidade de Suporte Básico; (Obrigatório)

6.1.11.2.36. Deve ser exibido a quantidade de cada decisão médica (orientação, enviar unidade, etc.); (Obrigatório)

6.1.11.2.37. Deve ser exibido a quantidade de triagens realizadas;

6.1.11.2.38. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de tempo médio da ocorrência por tipo de classificação, de acordo com o intervalo de datas informado.

6.1.11.2.39. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório dos logins dos usuários do

aplicativo móvel, exibindo a unidade que o usuário logou, data/hora do login e logout, e coordenadas geográficas do momento do login (Obrigatório);

6.1.11.2.40. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório dos logins do aplicativo, permitindo consultar os login realizados pelo aplicativo, e o login realizado de forma manual pelo enfermeiro regulador; (Obrigatório)

6.1.11.2.41. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de controle de equipes, onde deve ser visualizado a montagem de equipes de acordo com a data ou datas selecionadas.

6.1.11.2.42. Deve permitir o download em formato .pdf.

6.1.11.2.43. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório dos logins dos usuários do sistema web;

6.1.11.2.44. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de Notificações compulsórias; (Obrigatório)

6.1.11.2.45. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de detalhes da ocorrência, podendo filtrar por múltiplos filtros;

6.1.11.2.46. Minimamente, deve permitir filtrar por: data inicial, data final, número do protocolo, cidade, tipo de unidade, idade inicial, idade final, nome do TARM, nome do médico regulador e nome do operador de frota;

6.1.11.2.47. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de detalhes das vítimas atendidas, podendo filtrar por múltiplos filtros; (Obrigatório)

6.1.11.2.48. Minimamente, deve permitir filtrar por: data inicial, data final, número do protocolo, sexo, cidade, hospital, nome do paciente, tipo de unidade, idade inicial, idade final, nome do TARM, nome do médico regulador, nome do operador de frota, tipo de ocorrência e motivo da ocorrência; (Obrigatório)

6.1.11.2.49. Deve ser possível exibir o quantitativo e os registros dessas ocorrências; (Obrigatório)

6.1.11.2.50. Deverá permitir que a realização de download das informações das ocorrências em .xls, .csv e .pdf;

6.1.11.2.51. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de recebimento de pacientes por hospital (Obrigatório);

6.1.11.2.52. Deverá ser possível selecionar um intervalo de data, o hospital, o tipo da unidade, o tipo da ocorrência, e o sistema disponibilizar os quantitativos:

6.1.11.2.52.1. De procura de recurso em determinado hospital, diferenciado se é atendimento normal, apoio a instituição de saúde e regulação secundária; (Obrigatório)

6.1.11.2.52.2. De contra referenciado em determinado hospital, diferenciado se é atendimento normal, apoio a instituição de saúde e regulação secundária; (Obrigatório)

6.1.11.2.52.3. De acolhidos em determinado hospital, diferenciado se é atendimento normal, apoio a instituição de saúde e regulação secundária; (Obrigatório)

6.1.11.2.52.4. O sistema deve fornecer diretamente em sua plataforma, a opção de exportar a ficha de determinado atendimento no formato .pdf; (Obrigatório)

6.1.11.2.52.5. Deverá permitir exportar os atendimentos selecionando uma determinada cidade e um

intervalo de data;

6.1.11.2.52.6. Deverá permitir exportar um determinado atendimento, inserindo o seu número de protocolo;

6.1.11.2.53. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de solicitações realizadas pela equipe móvel, através do módulo de atendimento móvel;

6.1.11.2.54. Deverá ser possível informar, minimamente, um intervalo de data e o tipo de solicitação realizada pelo aplicativo móvel;

6.1.11.2.55. Deverá ser possível informar um intervalo de data, e resgatar as respostas das solicitações de determinado médico;

6.1.11.2.56. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, um relatório de auditoria da ocorrência. (Obrigatório)

6.1.11.2.57. Ao inserir determinado protocolo deve ser exibido os profissionais que acessaram aquela ocorrência. (Obrigatório)

6.1.11.2.58. Deve ser levado em consideração o acesso na tela do médico, rádio operador e o histórico de ocorrência; (Obrigatório)

6.1.11.2.59. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de solicitações de QRF realizadas pela equipe móvel, através do módulo de atendimento móvel;

6.1.11.2.60. Deverá ser exibido, minimamente; a equipe que solicitou, a hora da solicitação, resposta do rádio operador, a hora da resposta, e, em caso de não autorização do QRF, deve ser exibido o motivo;

6.1.11.2.61. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de unidades indisponíveis, de acordo com a inserção realizada pela equipe móvel, através do módulo de atendimento móvel;

6.1.11.2.62. Deverá ser possível filtrar, minimamente, por um intervalo de data, o tipo da indisponibilidade e a equipe móvel;

6.1.11.2.63. Deverá ser exibido minimamente a equipe que informou a indisponibilidade, o tipo da indisponibilidade, o início da indisponibilidade, o horário que ficou novamente disponível e o motivo da indisponibilidade;

6.1.11.2.64. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório de produção SUS, que é enviado mensalmente para o ministério da saúde (Obrigatório);

6.1.11.2.65. Deverá ser exibido a classificação das ocorrências e o quantitativo de ocorrências atendidas por cada unidade móvel; (Obrigatório)

6.1.11.2.66. Deverá ser possível realizar o download do relatório no formato .xls;

6.1.11.2.67. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o relatório para solicitação de DPVAT da vítima; (Obrigatório)

6.1.11.2.68. Deverá permitir inserir o número da ocorrência e o nome da vítima, e o sistema deve gerar o relatório de forma automática, com base nas informações inseridas no sistema;

6.1.11.2.69. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, a gravação das chamadas recebidas pelo tronco 192 (Obrigatório);

6.1.11.2.70. Deverá ser possível resgatar a gravação, inserindo apenas o número da ocorrência;

(Obrigatório)

6.1.11.2.71. As ligações entre equipe móvel e médico regulador deve ser vinculado a esse mesmo número da ocorrência; (Obrigatório)

6.1.11.2.72. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, a gravação das chamadas recebidas diretamente por algum ramal; (Obrigatório)

6.1.11.2.73. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, a gravação das chamadas realizadas entre os ramais da central de regulação; (Obrigatório)

6.1.11.2.74. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, a gravação das chamadas realizadas pela central de regulação; (Obrigatório)

6.1.11.2.75. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, o registro das chamadas não atendidas pela central de regulação; (Obrigatório)

6.1.11.2.76. O sistema deve disparar ligações telefônicas automaticamente para as equipes das unidades móveis, em caso de novas ocorrências, com mensagens pré-gravadas (Obrigatório);

6.1.11.2.77. O sistema deve realizar integração com o sistema de rádio existente, a fim de armazenar a gravação da conversação realizada pelo rádio comunicador.

6.1.11.2.78. O áudio deve ser captado individualmente por modulação diretamente do rádio-base instalado;

6.1.11.2.79. Deve ser possível buscar a gravação do rádio pelo intervalo de data/hora e/ou pelo número do protocolo da ocorrência;

6.1.11.2.80. O sistema deve fornecer, diretamente em sua plataforma, a gravação do rádio do período em que a ocorrência ficou em aberto.

#### 61.12. Módulo de telefonia IP

6.7.1.12.1. Deverá possuir minimamente:

6.1.12.1.1. Acolhimento de todas as chamadas telefônicas destinadas ao tronco 192 (um, nove, dois), independentemente da quantidade de chamadas simultâneas, limitadas somente a quantidade de canais disponíveis pela operadora nos troncos em uso;

6.1.12.1.2. Quantidade ilimitada de criação de ramais e filas de atendimento (Obrigatório);

6.1.12.1.3. A Central telefônica deve permitir um número ilimitado de ramais IP, com suporte para protocolos de Voz sobre IP, SIP, IAX2 e H323, com controle de filas de atendimento, música para chamadas em espera, e bilhetador "CDR", além de integração com recursos de sistema de radiofrequência, sistema de georreferenciamento.

6.1.12.1.4. Unidade de Resposta Audível;

6.1.12.1.5. Música ou mensagens para chamadas em espera (Obrigatório);

6.1.12.1.6. Gravação Digital sem intervenção humana;

6.1.12.1.7. Não serão aceitas soluções baseadas na retirada do sinal de áudio no aparelho telefônico e/ou nos distribuidores gerais (DG), através de adaptadores ou conversores digital/analógico externos;

6.1.12.1.8. Registro em banco de dados de eventos de ligações (CDR) e filas (Obrigatório);

- 6.1.12.1.9. Deverá permitir o registro automático de cada ligação com data, hora, identificador do originador e destino da chamada;
- 6.1.12.1.10. Deverá registrar o indicador de atendimento ou não da ligação;
- 6.1.12.1.11. Deverá registrar indicador da categoria da ligação, minimamente com: recebidas para 192, recebidas DDR, saída de ligação e entre ramais;
- 6.1.12.1.12. Tais informações deverão ser acessadas de forma instantânea com a finalidade de serem utilizadas como critério de busca de uma gravação específica;
- 6.1.12.1.13. Os dados deverão ser salvos em tempo real diretamente nos bancos de dados da solução tecnológica, não sendo permitido a extração ou uso de alternativas de envio de dados de aplicações ou banco de dados de terceiros;
- 6.1.12.1.14. Deverá possuir minimamente 3 (três) perfis de atendimento (TARM, Médico Regulador e Rádio Operação);
- 6.1.12.1.15. Deverá permitir a criação de mais perfis conforme a necessidade da administração do serviço;
- 6.1.12.1.16. Deverá implementar fila de ligações de entrada para os perfis criados;
- 6.1.12.1.17. Em caso de uso de softphone, deverá permitir, ao logar no sistema web, o ingresso automaticamente do ramal logado na máquina na fila correspondente à função cadastrada do usuário;
- 6.1.12.1.18. Ao deslogar do sistema web, deverá retirar o ramal da fila de ligações automaticamente;
- 6.1.12.1.19. O ramal que não atender a um número parametrizável de ligações poderá ser pausado automaticamente na fila de atendimento;
- 6.1.12.1.20. Deverá permitir a pausa do usuário na fila de atendimento sem deslogá-lo, com motivos pré-cadastrados no sistema;
- 6.1.12.1.21. Deverá prover dashboard em tempo real da fila de atendimento minimamente com: ramais da fila e seus respectivos status (ex.: livre, ocupado, tocando, pausado); fila de espera de atendimento com posição, número e tempo de espera; quantidade de ligações na fila e quantidade de ligações atendidas durante o plantão, com horário de início e final parametrizáveis.
- 6.1.12.1.22. Deverá prover plano de discagem por perfil ou por ramal;
- 6.1.12.1.23. Deverá ser permitida a adição de apelidos de discagem de forma a facilitar a comunicação com números específicos (ex.: para o telefone celular 99 9999-1111, deverá ser permitido o cadastro de apelidos por 1111) (Obrigatório);
- 6.1.12.1.24. Deve possuir dashboard de monitoramento de filas de atendimento e status de ramais;
- 6.1.12.1.25. A solução deverá contemplar painel de gerenciamento onde é possível a supervisão do atendimento saber em tempo real quem está em fila, quais ramais com ligações ativas e tempo de ocioso por atendente;
- 6.1.12.1.26. Permitir o monitoramento pelo supervisor da linha (escuta telefônica) (Obrigatório);
- 6.1.12.1.27. O sistema deverá permitir a discagem direta a ramal através dos troncos digitais e/ou troncos IP/SIP;



6.1.12.1.28. Deverá permitir uso de telefones físicos IP com suporte a protocolo SIP;

6.1.12.1.29. Deverá permitir uso de softphones com suporte a protocolo SIP, nos sistemas operacionais: Windows, Linux, MacOS, Android e iOS;

6.1.12.1.30. O sistema deverá possuir possibilidade de atendimento remoto, de acordo com o perfil definido, fazendo parte ou não das filas de atendimento da central de regulação;

6.1.12.1.31. A Solução de Telefonia deverá contemplar Solução de Regulação Remota, de forma segura, usando as melhores práticas da segurança da informação em tempo de encriptação de comunicação;

6.1.12.1.32. O objetivo da solução de regulação remota é permitir que funcionários do grupo de risco possam regular a distância de forma segura;

6.1.12.1.33. Deverá prover consulta no banco de dados de classificações de ocorrência do módulo de atendimento, possibilitando promover direcionamento condicional em casos específicos;

6.1.12.1.34. Deverá possuir mecanismo na qual a equipe disque, usando o número do celular cadastrado, para um DDR exclusivo e seja direcionado automaticamente para o médico regulador que esteja na regulação da ocorrência (Obrigatório);

6.1.12.1.35. Deverá possuir mecanismo na qual a equipe disque, usando o número do celular cadastrado, para um DDR exclusivo e seja direcionado automaticamente para o número do solicitante identificado na abertura da ocorrência (Obrigatório);

6.1.12.1.36. Nesse caso, a conferência será realizada de forma "automática pelo sistema". A gravação da ligação ficará vinculada ao protocolo da ocorrência.(Obrigatório)

6.1.12.1.37. Deverá possibilitar, em casos de trotes recorrentes e de alto volume, consultar o banco de dados das classificações de ocorrência do módulo de atendimento, em tempo real, a imposição de validação para que seja encaminhado a ligação para a fila de atendimento (Obrigatório);

6.1.12.1.38. Deverá ser feito plano de contingência telefônica, com redundância do recurso de telefonia, uma vez configurado e testado, no que tange o recebimento e realização de chamadas telefônicas, com recursos físicos replicados, em consonância com as possibilidades do fornecedor de serviço fixo de telefonia comutada;

### **6.1.13. MÓDULO DE ATENDIMENTO MÓVEL**

6.1.13.1. O módulo de atendimento móvel é composto por um smartphone com acessórios e chip de dados equipado com aplicativo para atendimento do SAMU. Através desse módulo, a equipe de atendimento recebe os dados da ocorrência, informa o andamento do atendimento e fica em contato constante com a central de regulação.

6.1.13.2. Deverá ser utilizado um aparelho smartphone por equipe.

6.1.13.3. O aplicativo deve permitir a inserção do usuário e senha por meio de caracteres numéricos.

6.1.13.4. Todos os membros da equipe móvel deverão fazer login utilizando um único aparelho e todos os membros deverão inserir seu usuário e senha.

6.1.13.5. A informação da data/hora do login, nome do usuário, função e em qual equipe o usuário está alocado deverá aparecer para central de regulação, no controle de equipes.

6.1.13.6. Deverá ser registrado automaticamente as coordenadas geográficas do local onde cada membro realizou o login.

- 6.1.13.7. O aplicativo deve permitir que no processo de login cada usuário tire um autorretrato (Obrigatório);
- 6.1.13.8. A informação da foto tirada deverá aparecer para central de regulação, no controle de equipes.
- 6.1.13.9. O aplicativo deve permitir que no processo de login cada usuário informe sobre o tipo de plantão que ele irá realizar.
- 6.1.13.10. O plantão pode ser de 6h, 12h, 18h ou 24h. 4.1.13.11. O aplicativo deverá ficar disponível para receber ocorrência automaticamente, após todos os integrantes da equipe realizarem login.
- 6.1.13.12. Deverá ser permitido iniciar o plantão manualmente apenas em casos extremos.
- 6.1.13.13. O aplicativo deve emitir uma notificação quando uma ocorrência for recebida pela equipe móvel (Obrigatório);
- 6.1.13.14. A equipe deve receber uma ligação automática, informando que ela foi designada para ocorrência. Tal ligação deve persistir até o momento que a equipe visualizar os dados da ocorrência;
- 6.1.13.15. Ao abrir a ocorrência pela equipe móvel, o sistema deverá enviar automaticamente para a central de regulação a informação de que a ocorrência foi visualizada pela equipe móvel.
- 6.1.13.16. O aplicativo deve exibir para o usuário, no mínimo, as seguintes informações registradas no módulo central de regulação (Obrigatório):
- 6.1.13.16.1. Número da ocorrência;
  - 6.1.13.16.2. Hora da Abertura do Chamado;
  - 6.1.13.16.3. Cidade;
  - 6.1.13.16.4. Bairro;
  - 6.1.13.16.5. Endereço;
  - 6.1.13.16.6. Referência;
  - 6.1.13.16.7. Queixa;
  - 6.1.13.16.8. Nome do Solicitante;
  - 6.1.13.16.9. Telefone Identificado;
  - 6.1.13.16.10. Telefone Adicional;
  - 6.1.13.16.11. Nome da Vítima;
  - 6.1.13.16.12. Idade;
  - 6.1.13.16.13. Médico Regulador;
  - 6.1.13.16.14. HMA;
  - 6.1.13.16.15. Diagnóstico Sindrômico.
- 6.1.13.17. O aplicativo deve possuir integração com navegadores GPS para permitir que a equipe móvel

visualize as orientações para chegar ao local de destino sem a necessidade de digitar o endereço da ocorrência que foi recebido da central de regulação. (Obrigatório)

6.1.13.18. A equipe deve visualizar as coordenadas geográficas captadas no momento da abertura da ocorrência;

6.1.13.19. A equipe deve visualizar as coordenadas geográficas da localização enviada pelo solicitante;

6.1.13.20. O aplicativo deve permitir que a equipe móvel informe o status de deslocamento em cada ocorrência.

6.1.13.21. A informação dos status de deslocamento deverá aparecer automaticamente para a central de regulação.

6.1.13.22. As informações de data/hora dos status de deslocamento informados através do aplicativo devem ser integradas com os relatórios de tempo resposta do módulo gerencial. 4.1.13.23. O aplicativo deve permitir que a equipe móvel informe que determinada unidade está indisponível, informando o motivo da indisponibilidade.

6.1.13.24. A informação da indisponibilidade deverá aparecer automaticamente para a central de regulação.

6.1.13.25. Deverá permitir que a equipe móvel informe que a unidade voltou a ficar disponível.

6.1.13.26. A informação de que a unidade voltou a ficar disponível deverá aparecer automaticamente para a central de regulação.

6.1.13.27. O aplicativo deve permitir que a equipe móvel informe que determinada unidade está em abastecimento.

6.1.13.28. A informação de que a unidade está em abastecimento deverá aparecer automaticamente para a central de regulação.

6.1.13.29. Deverá permitir que a equipe móvel informe que a unidade saiu do abastecimento.

6.1.13.30. A informação de que a unidade saiu do abastecimento deverá aparecer automaticamente para a central de regulação.

6.1.13.31. O aplicativo deve permitir que a equipe móvel informe que determinada unidade está em higienização.

6.1.13.32. A informação de que a unidade está em higienização deverá aparecer automaticamente para a central de regulação.

6.1.13.33. Deverá permitir que a equipe móvel informe que a unidade saiu da higienização.

6.1.13.34. A informação de que a unidade saiu da higienização deverá aparecer automaticamente para a central de regulação.

6.1.13.35. O aplicativo deve permitir que a equipe móvel solicite autorização à central de regulação para tirarem o QRF (almoço).

6.1.13.36. A informação de que a unidade está solicitando QRF deverá aparecer automaticamente para a central de regulação.

6.1.13.37. A resposta da central de regulação deverá aparecer para a equipe móvel.

6.1.13.38. O aplicativo deve permitir que o usuário registre e envie para a central de regulação, no mínimo, as seguintes informações da ocorrência: (Obrigatório)

6.1.13.38.1. Nome da vítima;

6.1.13.38.2. Deverá permitir a inserção de mais de uma vítima;

6.1.13.38.3. Idade da Vítima;

6.1.13.38.4. Nome Social;

6.1.13.38.5. CPF;

6.1.13.38.6. Sexo;

6.1.13.38.7. Raça;

6.1.13.38.8. Morbidades;

6.1.13.38.9. Dados vitais;

6.1.13.38.10. Relato textual sobre ocorrência;

6.1.13.38.11. Relato em áudio sobre a ocorrência;

6.1.13.38.12. Fotos da ocorrência ou documentos.

6.1.13.39. O aplicativo deve permitir que a equipe móvel envie um pedido de solicitação de contato com o médico regulador, responsável por aquela ocorrência. (Obrigatório)

6.1.13.40. A equipe deverá ser notificada sobre a resposta do médico.

6.1.13.41. O aplicativo deve permitir que a equipe móvel envie um pedido de solicitação de contato com o operador de frota.

6.1.13.42. A equipe deverá ser notificada sobre a resposta do operador de frota.

6.1.13.43. O aplicativo deve permitir que a equipe móvel visualize todas as ocorrências finalizadas que foram atendidas por ela naquele plantão.

6.1.13.44. O aplicativo NÃO deve permitir a alteração de qualquer informação após a finalização da ocorrência.

6.1.13.45. O aplicativo deve permitir que o motorista insira informações relacionadas a sinistro na unidade.

6.1.13.46. Deverá possibilitar gerar relatórios dessas informações no sistema web.

6.1.13.47. O aplicativo deverá permitir registrar as sinistralidades ocorridas com a viatura, informando, além da identificação do veículo, a data e horário do sinistro, o condutor, o tipo de sinistro (colisão, roubo ou furto, incêndio, enchente ou alagamento, vidros, retrovisores, faróis), e descrição.

6.1.13.48. O sistema deverá permitir anexar uma ou mais imagens (com a descrição do que se trata) em formato compatível para visualização em browsers, do boletim de ocorrência, do documento da viatura e da CNH do condutor, dos danos no veículo, etc.

6.1.13.49. O aplicativo deve permitir que o usuário registre e envie para o módulo de regulação fotos

associadas à ocorrência obtidas através da câmera do dispositivo.

6.1.13.50. O aplicativo deve permitir que o usuário registre e envie para o módulo de regulação áudios associados à ocorrência.

6.1.13.51. A aplicação deve permitir a atualização remota de versões do software (Obrigatório).

6.1.13.52. O sistema deverá permitir que a equipe móvel solicite apoio para o atendimento daquela ocorrência.

6.1.13.53. O sistema deverá permitir que a equipe móvel solicite a troca de unidade para o atendimento daquela ocorrência.

6.1.13.54. Deverá ser informado o motivo da solicitação de troca.

6.1.13.55. O sistema deverá possibilitar que a equipe móvel notifique em caso do entorno da ocorrência seja de periculosidade; e/ou que o local exato da ocorrência é de periculosidade.

6.1.13.56. O sistema deverá possibilitar que a equipe móvel registre o checklist da unidade móvel

6.1.13.57. Deverá permitir realizar o Checklist dos motoristas.

6.1.13.58. Deve possibilitar que o motorista insira as informações no checklist da unidade e estas sejam integradas com o módulo de coordenador de frota.

6.1.13.59. No sistema web deverá ser possível gerar relatórios dessas informações.

6.1.13.60. Deverá permitir realizar o Checklist dos médicos intervencionistas.

6.1.13.61. Deve possibilitar que o médico insira as informações no checklist da unidade.

6.1.13.62. No sistema web deverá ser possível gerar relatórios dessas informações.

6.1.13.63. Deverá permitir realizar o Checklist dos enfermeiros e técnicos de enfermagem.

6.1.13.64. Deve possibilitar que o técnico de enfermagem ou o enfermeiro insira as informações no checklist da unidade (de acordo com o tipo da unidade: básica ou avançada).

6.1.13.65. No sistema web deverá ser possível gerar relatórios dessas informações.

6.1.13.66. A aplicação deverá possibilitar o encaminhamento de chamadas telefônicas da equipe para a central do samu, levando em consideração o status da equipe; (Obrigatório)

6.1.13.67. Caso a equipe esteja livre, a ligação deverá ser encaminhada para um ramal de usuário TARM;

6.1.13.68. Caso a equipe esteja em atendimento de ocorrência, a ligação deverá ser transferida automaticamente para o Médico Regulador responsável pelo atendimento do chamado.

6.1.13.69. Tal ligação deverá ser vinculada ao protocolo da ocorrência;

## **6.2 Requisitos de Capacitação**

6.2.1 Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução. O treinamento será dividido em duas modalidades, contínuo, sempre que necessária atualização e quando houver surgimento de dúvidas e para implantação do sistema, devendo ser de no mínimo 80 horas de duração.

### **6.3. Requisitos Legais**

6.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e a outras legislações e instrumentos normativos municipais aplicáveis à espécie;

### **6.4. Requisitos de Manutenção**

6.4.1. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas, preventivas, adaptativa e/ou evolutiva pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

### **6.5. Requisitos de Segurança e Privacidade**

6.5.1. A solução tecnológica a ser contratada deverá cumprir rigorosamente os princípios e procedimentos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), garantindo a privacidade e a segurança das informações. Além disso, a ferramenta precisa estar em total conformidade com os preceitos normativos do SUS e as legislações municipais pertinentes que regem os serviços afetos ao escopo da contratação.

### **6.6. Requisitos Sociais e Ambientais**

Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

6.6.1. A solução deve ser desenvolvida e operada de forma a garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência, seguindo as normas e diretrizes de acessibilidade digital vigentes;

6.6.2. Comprometimento com a diversidade e inclusão no ambiente de trabalho do fornecedor, sem práticas discriminatórias;

6.6.3. Respeito aos direitos humanos e trabalhistas em toda a cadeia de suprimentos do fornecedor, sem o uso de trabalho infantil ou análogo à escravidão;

6.6.4. Promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os envolvidos na prestação dos serviços;

6.6.5. Priorização de equipamentos e componentes com baixo impacto ambiental, comprovadamente eficientes em termos de energia e com vida útil prolongada;

6.6.6. Adoção de práticas que minimizem a geração de resíduos eletrônicos (e-lixo) durante todo o ciclo de vida da solução, incluindo fases de instalação, operação, manutenção e descarte;

6.6.7. Preferência por fornecedores que demonstrem compromisso com a logística reversa e a reciclagem de equipamentos;

6.6.8. Uso otimizado de recursos, como energia e água, na operação da infraestrutura da solução.

4.8. Requisitos da Arquitetura Tecnológica

6.6.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes tecnológicas estabelecidas pela área técnica da Contratante.

6.6.2. A adoção de tecnologia diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

### **6.7. Requisitos de Implantação**



Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

6.7.1. Apresentar plano de trabalho detalhado, com o cronograma mínimo de atividades/etapas com acompanhamento de entregáveis, tendo como prazo de 30 dias corridos;

6.7.2. Realizar análise da infraestrutura e configurações tecnológicas necessárias à implantação, instalação e operação para execução dos serviços propostos no objeto;

6.7.3. Implantar soluções e recursos tecnológicos em ambientes web e mobile, maneira a atender às especificidades técnicas dos serviços propostos no objeto;

6.7.4. Realizar análise e adequação dos processos de negócio, incluindo gaps

6.7.5. Instalar e configurar software e hardware que integrarão às soluções tecnológicas para o serviço;

6.7.6. Adequar soluções tecnológicas e seus componentes às necessidades a Secretaria Municipal da Saúde, por parametrização e/ou customização;

6.7.7. Criar e manter planos de contingência, backup e recovery, bem como apoio à realização de testes de contingência e recovery de backup;

6.7.8. Oferecer suporte técnico e ambientalização das soluções abrangendo a preparação do ambiente de homologação e produção, instalação e configuração das soluções e recursos tecnológicos, criação de perfis de acesso e de usuários, geração de massa de dados, suporte a usuários, adequações de infraestrutura necessária para a instalação dos equipamentos utilizados na solução tecnológica, adequação de passivos de rede de computadores necessárias para o uso ininterrupto da solução, configuração dos ativos de rede e de segurança para uso da solução, validação das condições de contingenciamento, instalação dos sistemas operacionais necessários, implementação de políticas de segurança de acesso ao servidor aplicações que compõem a solução, testes de performance e estresse de forma a garantir o funcionamento da solução em condições adversas, mapeamento, instalação e configuração de infraestrutura telefônica, os equipamentos deverão ser instalados, configurado e testados antes da integração, identificação e integração de radiocomunicação, integração com sistema de gravação com aplicações que componha a solução e as informações de georreferenciamento deverão possibilitar a exportação e importação de dados ao ambiente tecnológico de geoprocessamento e de cartografia da PMS.

## **6.8. Requisitos de Garantia e Manutenção**

6.8.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

6.8.2. Para garantir a plena funcionalidade e a disponibilidade ininterrupta da solução tecnológica crucial para o SAMU, a empresa contratada terá a responsabilidade de assegurar uma garantia técnica completa e um suporte contínuo durante todo o período de vigência do contrato.

6.8.3. Deverá cobrir quaisquer falhas de software, hardware ou integração que possam surgir, assegurando que o sistema opere conforme as especificações e requisitos definidos.

6.8.4. A contratada será responsável por todos os reparos necessários ou pela substituição de peças e componentes danificados, sem custos adicionais para a Administração, garantindo a operacionalidade dos equipamentos durante todo o tempo de contrato.

6.8.5. garantia técnica da solução e de período de suporte e manutenção pós-implementação, com prazos e condições que assegurem o pleno funcionamento e a continuidade dos serviços essenciais do SAMU.

## **6.9. Requisitos de Experiência Profissional**

6.9.1. Os serviços de assistência técnica e suporte deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

#### **6.10. Requisitos de Formação da Equipe**

Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir

6.10.1. Deverá possuir na equipe técnica, até a contratação, no mínimo 01 (um) profissionais com as certificações: LPI 1 e 2;

6.10.2. Deverá possuir na equipe técnica, objeto desta licitação, no mínimo 01 (um) técnico com certificado profissional para o módulo gateway IP emitida pelo fabricante ou representante legal no Brasil;

#### **6.11. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

6.11.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

6.11.2. A O.S. indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

6.11.3. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 07 dias por semana de maneira eletrônica e 08 horas por dia e 05 dias por semana por via telefônica.

6.11.4. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

#### **6.12. Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

6.12.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes tecnológicas estabelecidas pela área técnica da Contratante.

6.12.2. A adoção de tecnologia diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

#### **6.13. Requisitos Temporais**

**6.13.1.** Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

a. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**6.13.2.** Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

**6.13.3.** Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
------------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

Implantação do Sistema	3 dias após do recebimento da Ordem de Serviço	30 dias do recebimento da Ordem de Serviço
Treinamento da equipe	24 horas após a conclusão da implantação do sistema.	30 dias após a conclusão da implantação do sistema.

#### 6.14. Vistoria

6.14.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 11 horas.

6.14.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

6.14.3. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.14.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### 6.15. Do fornecimento de equipamentos/acessórios pela CONTRATADA para a execução objeto:

I. O fornecimento de todos os equipamentos de hardware necessários para a operação da Central de Regulação e das unidades móveis:

a) Um Gateway IP com duas interfaces E1 padrão ITU-T G.703, com transmissão transparente de sinalização e canais de voz, padrão para conector RJ45, na quantidade compatível para os canais disponibilizados e suas contingências;

b) Dispositivos móveis com pacote de dados com as especificações mínimas:

1. Processador Octa-Core ou superior;
2. Wi-Fi e Bluetooth integrados;
3. GPS integrados;
4. Tela tipo touch screen multi touch de 6" ou superior;
5. Memória RAM de 4GB ou superior;
6. Memória interna de 64GB ou superior;
7. Bateria de 5.000 mAh ou superior;
8. O equipamento deve ser fornecido com um carregador de parede, película e capa de proteção.

c) Deverá ser fornecido sistema de contingência de energia (nobreaks e geradores) com potência suficiente para alimentação dos equipamentos instalados no datacenter e os terminais de trabalho da sala de regulação;

d) Deverá fornecer servidores com a quantidade e as especificações técnicas dimensionadas garantindo a escalabilidade da solução;

e) Deverá ser implementada solução de firewall, em conformidade a LGPD, para garantir a segurança da rede de dados interna e externa;

d) Fornecimento de painéis de dashboard, compostos por 03 TVs com tamanho mínimo de 50", com suporte de fixação, acessórios cabeamentos necessários;

- e) Terminais de computador com sistema operacional compatível com a solução contratada;
- f) O fornecimento de todos os softwares necessários para o atendimento, a regulação e a gestão do serviço, incluindo licenças de uso e atualizações;
- g) Terminais de computador com sistema operacional compatível com a solução contratada;
- I - O fornecimento de todos os softwares necessários para o atendimento, a regulação e a gestão do serviço, incluindo licenças de uso e atualizações;
- II- O fornecimento dos materiais de instalação necessários para a implementação da solução.
- III - O fornecimento dos insumos específicos para a operação dos equipamentos;
- IV - O fornecimento de todos os acessórios indispensáveis para o funcionamento adequado do sistema conforme descritos abaixo:
  - a) Headsets na quantidade de posições de atendimento previsto neste instrumento e com as seguintes características:
    - 1 - Ser monoauricular;
    - 2 - Possuir cancelamento de ruído;
    - 3 - Áudio de banda larga;
    - 4 - Processamento Digital de Sinais;
    - 5 - Sistema de proteção auditiva;
    - 6 - Ter interface USB;
    - 7 - Possuir controle de volume e mudo no cabo;
  - b) Teclados ergonômicos;
  - c) Mouses ergonômicos;
  - d) Monitores com tamanho mínimo de 24 polegadas;

## **6.1. DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO**

### **Habilitação jurídica:**

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.
- i) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de idoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

**Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;

b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

b.4) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Circulante + Realizável a Longo Prazo  
ivo Circulante + Passivo Não Circulante

Total  
ivo Circulante + Passivo Não Circulante

Circulante  
ivo Circulante

- c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- c.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- c.3) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- c.3.1) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.
- d) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

#### **Qualificação Técnica:**

a) Apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;

a.1) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.2) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto a ser licitado.

a.3) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Secretaria, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

b) Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste certame e já apresentados, a empresa será convocada a encaminhá-los, preferencialmente, para o Endereço Eletrônico [supervisaoadm.saude@ilheus.ba.gov.br](mailto:supervisaoadm.saude@ilheus.ba.gov.br), até o dia constante neste Aviso de Contratação.

## **7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO**

**7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**7.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, observado o item 6.7 deste instrumento.

**7.3.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que



devam ser cumpridas de imediato.

### **Preposto**

**7.4.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**7.5.** A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período necessário para garantir o adequado funcionamento do sistema.

**7.6.** Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Reunião Inicial**

**7.7.** Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscal (is) do Contrato, será realizada imediatamente a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

**7.8.** A reunião será realizada sempre que necessário e em observância aos prazos, requisitos e diretrizes definidos no âmbito da contratação.

**7.8.1.** A pauta desta reunião observará, pelo menos:

**7.8.1.1.** Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

**7.8.1.2.** Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, quando for o caso;

**7.8.1.3.** Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

**7.8.1.4.** A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

**7.8.1.5.** Sendo este o caso, apresentar as declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

### **Fiscalização do Contrato**

**7.9.** A fiscalização do contrato se dará nos termos e condições do regulamento do **DECRETO MUNICIPAL 269/2025**;

**7.10.** A fiscalização decorrente desta contratação, seguirá o estabelecido nos **ART. 11** e **ART.12** do

**DECRETO MUNICIPAL 269/2025** e será acompanhada da fiscalização dos servidores citados abaixo:

FISCAIS DO CONTRATO:	
Gerente Regional do SAMU192	Denis Albuquerque Silva Dias
Coordenador de Enfermagem do SAMU 192	Igor Sergio da Silva Silva

**7.10.1.** Sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do **ART. 117** da **LEI 14.133/2021**;

**7.11.** A gestão do contrato será realizada pela Secretária Municipal de Saúde, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização conforme regulamento do DECRETO MUNICIPAL 269/2025 no estabelecido no ART. 10;

**7.13.** O contratado deverá indicar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e WhatsApp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da licitação objeto deste termo de referência;

**7.14.1.** Sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

**7.15.** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**7.16.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**7.17.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**7.18.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

**7.19.** A gestora do contrato será a Secretária Municipal de Saúde a senhora Sonilda Santana de Mello, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

- I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.** A CONTRATADA indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

**8.2.** atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

**8.3.** reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

**8.4.** propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

**8.5.** manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

**8.6.** quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

**8.7.** quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

**8.8.** ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

## **9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**9.1.** nomear Gestor e Fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

**9.2.** encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

**9.3.** receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

**9.4.** aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

**9.5.** liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

**9.6.** comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

**9.7.** prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja, objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases

de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

## **10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**10.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, após seu atesto pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, observado o seguinte:

**10.2.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**10.3.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**10.3.1.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

**10.4.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**10.5.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**10.6.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**10.7.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**10.8.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**10.9.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**10.10.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

**10.11.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

**10.12.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**10.13.** Enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**10.14.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

**10.15.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**10.16.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **11. DO PAGAMENTO**

**11.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**11.2.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 da 14.133/21.

**11.3.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**11.4.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

**11.5.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

**11.6** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**11.7** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**11.8.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**11.9.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos

pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**11.10.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**11.11.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.12.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

#### **11.13. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**11.13.1.** A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos e/ou supressões que se fizeram necessários, nos serviços em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado.

**11.13.2.** As supressões e/ou acréscimos referenciados somente serão considerados válidos quando formalizados em aditamento contratual.

### **12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**12.1.** Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, considera-se serviço comum aquele cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, mediante especificações usuais de mercado.

**12.2.** A solução tecnológica objeto da presente contratação apresenta funcionalidades padronizadas, amplamente difundidas no mercado de tecnologia da informação aplicada à saúde pública, com requisitos técnicos, operacionais e de desempenho passíveis de definição objetiva, mensuração e verificação, permitindo a comparação isonômica entre as propostas, o que a caracteriza como serviço comum de tecnologia da informação.

**12.3.** O art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 estabelece o pregão como a modalidade licitatória adequada para a contratação de bens e serviços comuns, devendo ser adotada, preferencialmente, em sua forma eletrônica, conforme disposto no art. 17, § 2º, do mesmo diploma legal.

**12.4.** A utilização do pregão eletrônico coaduna-se com a diretriz de priorização dos meios digitais, ampliando a competitividade, assegurando maior transparência, reduzindo custos operacionais e promovendo maior eficiência e celeridade ao procedimento licitatório.

**12.5.** Posto isto, conclui-se, sob os aspectos técnico, jurídico e administrativo, que o Pregão Eletrônico configura-se como a modalidade licitatória mais adequada, eficiente e juridicamente recomendável para a contratação de empresa especializada na implantação de solução tecnológica integrada para a gestão do SAMU 192, por assegurar a ampla participação de licitantes, a transparência do certame, a obtenção de melhores condições econômicas para a Administração Pública e a estrita observância ao interesse público e à legislação vigente.

**12.6.** Nos termos do art. 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o julgamento das propostas deverá observar, entre outros, o critério de menor preço, desde que os requisitos de qualidade e desempenho



estejam previamente definidos no instrumento convocatório.

**12.7.** No presente caso, todos os módulos da solução tecnológica — atendimento, regulação médica, despacho de ambulâncias, comunicação operacional, relatórios gerenciais e georreferenciamento — compõem um sistema único, integrado e indissociável, cuja execução fragmentada poderia comprometer a eficiência, a segurança da informação, a interoperabilidade dos dados e a continuidade do serviço.

**12.8.** Sob a perspectiva técnica e operacional, a contratação por preço global assegura que o fornecedor seja integralmente responsável pela implantação, integração, funcionamento, suporte e desempenho da solução tecnológica como um todo, permitindo a definição clara de responsabilidades contratuais, níveis de serviço (SLAs) e indicadores de desempenho, o que contribui para maior efetividade na fiscalização e no acompanhamento da execução contratual.

**12.9.** Ademais, a adoção do menor preço global é compatível com o princípio do julgamento objetivo, uma vez que as especificações técnicas, requisitos mínimos de qualidade, desempenho e níveis de serviço estarão claramente definidos no edital e no Termo de Referência, permitindo a comparação isonômica entre as propostas apresentadas e assegurando a seleção da proposta que melhor atenda ao interesse público.

**12.10.** Diante do exposto, conclui-se que a adoção do critério de julgamento menor preço global para a contratação de empresa especializada na implantação de solução tecnológica integrada para a gestão do SAMU 192 é técnica, econômica e juridicamente recomendável, por garantir a integralidade da solução, a eficiência operacional, a segurança jurídica do contrato e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em estrita observância aos princípios e dispositivos da Lei nº 14.133/2021.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** Não será admitida a subcontratação.

**13.2.** Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 269/2025.

**13.3.** Fica eleito o foro da Comarca de Ilhéus-BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas oriundas deste contrato.

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**  
**PROCESSO - 21359/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026SMS**

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO:		
E-MAIL:		TELEFONE:
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº:	CONTA CORRENTE Nº:
VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:	PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS:	

**PLANILHA DE PREÇO**

Item	Descrição	Quant. mensal	Quant. Anual	Valor mensal	Valor Total
1	Licenciamento de módulos de Atendimento, Regulação, Despacho, Gestão da Central de Regulação, Atendimento Móvel e de Telefonia IP, na plataforma WEB, compatível com múltiplos navegadores, com cessão de direito de uso, não exclusivo, ilimitado e irrestrito.	1	12	R\$	R\$
2	Capacitação dos agentes envolvidos e suporte presenciais e remotos para apoio ao sistema, desenvolvimento e treinamento continuados.	1	12	R\$	R\$
TOTAL GERAL					R\$

**Local e Data**

**Carimbo do CNPJ da  
empresa e assinatura  
do responsável**

SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
**SAÚDE**



PREFEITURA DE  
**Ilhéus**  
RECUPERAR O PRESENTE E CONSTRUIR O FUTURO

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

Declaramos que os produtos e serviços ofertados estão estritamente de acordo com as características constantes do Anexo I – Especificações Técnicas/Proposta de Preço deste Edital.

Declaramos estar em dia com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme legislação vigente.

O prazo de eficácia desta proposta é de 60 dias, a partir da entrega do respectivo envelope, conforme art. 64, §3º da Lei de Licitações.

A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no artigo 64 § 3º da Lei de Licitações.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de de \_\_\_\_\_

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)(Identificação: RG Nº xxxxxx, SSP/xxx e CPF Nº xxxxxx)

**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21359/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2026SMS**

Termo de Contrato de Prestação de  
Serviços que entre si fazem o **FUNDO  
MUNICIPAL DE SAÚDE** e a Empresa  
**XXXXXXXXXXXX**

**O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS**, com sede na Rua Araújo Pinho, nº 07, Centro, CEP: 45.653-145, na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia inscrito no CNPJ sob o nº 08.663.203/0001-70, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde a Sra. Sonilda Santana de Mello, nomeado pelo Decreto 016/2025, publicado no *Diário Oficial do Município* de 01 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) XXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por XXXXXXXXXXXXXXXX (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 21359/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 005/2026** e Processo Administrativo 21359/2025, Tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e pelas demais disposições pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Este Contrato tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA O ATENDIMENTO, REGULAÇÃO, GRAVAÇÃO, GERENCIAMENTO DAS URGÊNCIAS PRÉ-HOSPITALARES DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU 192 E GESTÃO DO SERVIÇO, DISPONIBILIZANDO HARDWARE, SOFTWARE, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, GARANTINDO O SUPORTE BÁSICO E AVANÇADO DE VIDA, ACIONADO POR INTERMÉDIO DO NÚMERO PÚBLICO GRATUITO NACIONAL 192, CONFORME EXIGÊNCIA DAS PORTARIAS MINISTERIAIS Nº**

## **2048/2002 E 2657/2004, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ILHÉUS – BAHIA.**

### **1.2. Objeto da contratação:**

#### **1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:**

##### **1.3.1. O Termo de Referência;**

##### **1.3.2. O Edital da Licitação;**

##### **1.3.3. A Proposta do contratado;**

##### **1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.**

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** A execução do objeto ocorrerá durante toda a vigência contrato, tendo início a data de sua assinatura com vigência de 12 meses, podendo ocorrer a prorrogação do prazo do contratual, caso se cumpra os requisitos do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

**2.1.1.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DO FORNECIMENTO**

### **3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

**3.1.1.** Análise da infraestrutura e configurações tecnológicas necessárias à implantação, instalação e operação para execução dos serviços propostos no objeto;

**3.1.2.** Início da execução do objeto será de até 72 (setenta e duas) horas da emissão da ordem de serviço, após assinatura do contrato;

**3.1.3.** O prazo máximo para conclusão da implantação da solução tecnológica será de 30 dias após o início da execução;

**3.1.4.** Implantação das soluções e recursos tecnológicos em ambientes web e mobile, de maneira a atender às especificidades técnicas dos serviços propostos no objeto;

**3.1.5.** Instalação e configuração de software e hardware que integrarão às soluções tecnológicas para o serviço;

**3.1.6.** Criação e manutenção de planos de contingência, backup e recovery, bem como apoio à realização de testes de contingência e recovery de backup;

**3.1.7.** Preparação do ambiente de homologação e produção;

**3.1.8.** Instalação e configuração das soluções e recursos tecnológicos;

**3.1.9.** Criação de perfis de acesso e de usuários;

**3.1.10.** Geração de massa de dados

**3.1.11.** Adequações de infraestrutura necessária para a instalação dos equipamentos utilizados na solução tecnológica;

**3.1.12.** Adequação de passivos de rede de computadores necessários para o uso ininterrupto da solução;

**3.1.13.** Configuração dos ativos de rede e de segurança para uso da solução;

**3.1.14.** Validação das condições de contingenciamento;

**3.1.14.1.** Instalação dos sistemas operacionais necessários. Em caso de necessidade de licenciamento, esta deverá essa fornecida pela CONTRATADA;

**3.1.15.** Implementação de políticas de segurança de acesso ao servidor, com aplicações que compõem a solução;

**3.1.16.** Mapeamento, instalação e configuração de infraestrutura telefônica;

**3.1.17.** Os equipamentos deverão ser instalados, configurados e testados antes da integração;

**3.1.18.** Identificação e integração de radiocomunicação;

**3.1.19.** Integração com sistema de gravação com aplicações que componha a solução;

**3.1.20.** As informações de georreferenciamento deverão possibilitar a exportação e importação de dados ao ambiente tecnológico de geoprocessamento e de cartografia da SMS.

**3.1.21.** O prazo máximo para início do treinamento da equipe é de 24 horas após a conclusão da implantação do sistema;

**3.1.22.** A contratada deverá elaborar um programa de capacitação para os profissionais indicados do SAMU e gestão, que deverá completar todas as orientações necessárias para a operação da Solução Tecnológica, tornando-os capazes de fazer o uso efetivo do sistema.

**3.1.23.** A definição dos horários em que ocorrerão os treinamentos será acordada entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA;

**3.1.24.** A preparação do ambiente para os treinamentos será de responsabilidade da CONTRATADA;

**3.1.25.** Todo material de treinamento entregue, disponibilizado e utilizado pela CONTRATADA para a execução dos serviços de treinamento, incluindo o material de apoio, como apresentações, apostilas, manuais, vídeos de demonstração, dentre outros correlatos, serão concedidos com direito de uso e de reprodução à CONTRATANTE, de forma irrestrita, para sua aplicação e uso em treinamentos internos para seus funcionários;

**3.1.26.** Ao final do treinamento, a CONTRATADA deverá fornecer certificados de participação no treinamento, informando, no mínimo, o conteúdo programático ministrado e sua respectiva carga horária.

**3.1.27.** A estimativa de Horas para Capacitação é de 80 horas;

**3.1.28.** O suporte técnico deverá estar disponível a partir do início da execução contratual;

**3.1.29.** O suporte poderá ser feito de forma remota ou presencial, desde que seja escolhida a forma mais eficiente de atendimento;

**3.1.30.** A execução do atendimento do suporte, ocorrerá a partir da abertura do chamado nos períodos apresentados na Tabela abaixo:

TABELA DE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO DO SUPORTE			
GRAVIDADE	DESCRIÇÃO	PRAZO PARA SOLUÇÃO	HORARIO PARA ATENDIMENTO
CRÍTICA	Chamados referentes a situações de emergência ou problema crítico, caracterizados pela existência de ambiente paralisado.	2 HORAS	24 HORAS X 7 DIAS



ALTA	Chamados associados a situações de alto impacto, incluindo casos de degradação severa de desempenho	8 HORAS	das 08 às 18 hrs de segunda à sexta-feira (exceto feriados)
MÉDIA	Chamados referentes a situações de baixo impacto ou para aqueles problemas que se apresentem de forma intermitente.	36 HORAS	das 08 às 18 hrs de segunda à sexta-feira (exceto feriados)
BAIXA	Chamados com o objetivo de sanar dúvidas quanto ao uso da solução.	72 HORAS	das 08 às 18 hrs de segunda à sexta-feira (exceto feriados)

**3.1.31.** Prazo Solução é o tempo entre a comunicação do incidente pelo usuário na Central de Serviços, e a atuação na solução do problema pela CONTRATADA ou encaminhamento da Solução;

**3.1.32.** Para cada problema reportado será aberto um chamado técnico;

**3.2.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

**4.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**4.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**4.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**4.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**4.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**4.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato e respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)):

<b>Fiscal de Contrato (Servidor)</b>	<b>Lotação</b>
<b>Fiscal de Contrato (Substituto)</b>	<b>Lotação</b>

**4.7.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

- 4.8.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 4.9.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 4.10.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 4.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 4.12.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 4.13.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 4.14.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 4.15.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 4.16.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 4.17.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 4.18.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 4.19.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA – PREÇO**

**6.1.** O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

**6.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**7.2.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 da 14.133/21.

**7.3.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**7.4.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

**7.5.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

**7.6.** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**7.7.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**7.8.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**7.9.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**7.10.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**7.11.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.12.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

### **7.13. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**7.13.1.** A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos e/ou supressões que se fizeram necessários, nos serviços em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado.

**7.13.2.** As supressões e/ou acréscimos referenciados somente serão considerados válidos quando formalizados em aditamento contratual.

## **CLÁUSULA OITAVA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade	1101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Projeto atividade	2043. FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA MÓVEL - SAMU
Elemento de despesa	3.3.9.0.39.000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recursos	1.500.1002 - RECURSO NÃO VINCULADO DE IMPOSTOS DESTINADO A DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE  1.600.0000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL – BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

## **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇO**

**9.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**9.2.** Eventualmente, os preços referentes aos objetos contratados poderão ser reajustados se ultrapassado um ano da data do orçamento estimado, para manutenção das suas condições efetivas, com base no IPCA (IBGE), com fulcro no art. 37, XXI, da Constituição Federal.

**9.2.1.** O reajuste de preços deverá ser requerido do contratado, sob pena de preclusão.

**9.3.** Havendo comprovado desequilíbrio contratual, caberá revisão de preço pactuado, para mais ou para menos, nos termos fixados na Lei nº 14.133/2021.

**9.4.** No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o quantum do impacto negativo na economia contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**10.1.** nomear Gestor e Fiscal/is do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

**10.2.** encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

**10.3.** receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

**10.4.** aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

**10.5.** liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

**10.6.** comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

**10.7.** prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja, objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**11.1.** A CONTRATADA indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

**11.2.** atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

- 11.3.** reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 11.4.** propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 11.5.** manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 11.6.** quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 11.7.** quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 11.8.** ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 12.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- 1. Multa moratória de 0,3 % (três décimos por cento) por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do produto não fornecido, por cada dia subsequente ao trigésimo;
- 3. compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**13.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.6.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

**13.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**13.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 16 1, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**13.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**13.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgãos decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**14.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**14.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

**14.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**14.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.3.3.** Indenizações e multas.

**14.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

**16.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**16.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
SAÚDE



PREFEITURA DE  
**Ilhéus**  
RECUPERAR O PRESENTE E CONSTRUIR O FUTURO

**18.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Ilhéus/BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

**18.2.** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

XXXXXXX-BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

---

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS**  
**Sonilda Santana de Mello**  
**CONTRATANTE**

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADA**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS  
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21359/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026SMS**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2026, instaurada pelo **MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA**, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que contrata por via do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS, inscrito no CNPJ: 08.663.203/0001-70, que atende os cumprimentos dos requisitos de habilitação.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local), ..... de ..... de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
SAÚDEPREFEITURA DE  
**Ilhéus**  
RECUPERAR O PRESENTE E CONSTRUIR O FUTURO

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21359/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026SMS**

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2026 instaurada pelo **MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA**, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que contrata por via do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS, inscrito no CNPJ: 08.663.203/0001-70, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

(Local), ..... de .....de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21359/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026SMS**

**DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local), ..... de ..... de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21359/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026SMS**

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

(Local), ..... de .....de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

OBS. 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

-000

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21359/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026SMS**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E RESPONSABILIDADE**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARAMOS para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2026SMS, instaurada pelo **MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA**, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que contrata por via do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS, inscrito no CNPJ: 08.663.203/0001-70, tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

(Local), ..... de .....de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO X – DECLARAÇÃO DE NÃO INTEGRAR O QUADRO FUNCIONAL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21359/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026SMS**

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2026SMS, instaurada pelo **MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA**, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que contrata por via do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHÉUS, inscrito no CNPJ: 08.663.203/0001-70, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local), ..... de .....de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO  
INDEPENDENTE DE PROPOSTA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21359/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026SMS**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do Edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local), ..... de ..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.